

EM CASA O CORPORATIVISMO DA REPÚBLICA DE CURITIBA GARANTE SOBREVIDA A SERGIO MORO, MAS O SENADOR NÃO ENCONTRARÁ A MESMA CAMARADAGEM NO TSE

GREVES SEM SOBRAS NO ORÇAMENTO, O GOVERNO ARRASTA AS NEGOCIAÇÕES ENQUANTO BUSCA MEIOS DE EVITAR NOVAS PARALISAÇÕES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

CartaCapital

cartacapital.com.br

basset
editora



MUSK RI POR ÚLTIMO?

O CONGRESSO ADIA A REGULAÇÃO
DAS **BIG TECHS**, O STF PROMETE AGIR

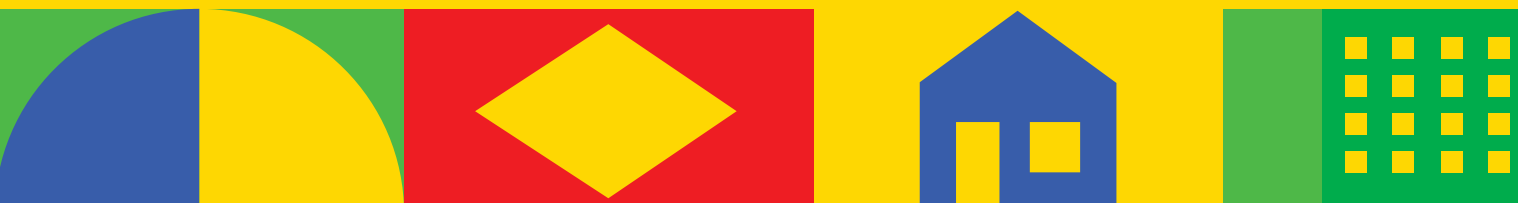


MINHA CASA MINHA VIDA 15 ANOS



O maior programa habitacional da história.

Quando o Minha Casa, Minha Vida foi lançado, 15 anos atrás, ter a casa própria era um sonho distante para muitos brasileiros e brasileiras. Hoje, já são 7,7 milhões de moradias contratadas. Deu tão certo que o Governo Federal retomou o programa e mais 2 milhões de moradias estão sendo contratadas até 2026. A volta do programa garante a segurança de um lar para quem precisa e nos faz acreditar em um futuro melhor para milhões de pessoas, com mais empregos, renda, dignidade e cidadania. Isso é crescimento. De tijolo em tijolo, o Minha Casa, Minha Vida ajudou e vai continuar ajudando os brasileiros e as brasileiras a realizarem o sonho de sua casa, o sonho de sua vida.



INÊS 249



**Minha Casa
Minha Vida**

**Casa nova,
vida nova e um
futuro melhor
para milhões
de brasileiros.**

MINISTÉRIO DAS
CIDADES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

8 A SEMANA

Seu País

20 PT Washington Quaquá coleciona controvérsias e gafes, mas é peça-chave no tabuleiro político do Rio

23 ALDO FORNAZIERI

24 DIREITOS O governo e o Congresso discutem formas de regulamentar a economia do cuidado

27 JAQUES WAGNER

28 FUNCIONALISMO Onda grevista alastra-se pelo serviço público federal

30 JUSTIÇA Moro ganha fôlego, mas tem encontro marcado com o TSE

32 FUTEBOL Em campo, as artimanhas do capitalismo para ocultar o racismo

Economia

34 PETROBRAS Prates terá de lutar para reconquistar a confiança de Lula

38 COMÉRCIO OMC chega aos 30 anos escanteada pelo protecionismo

Nosso Mundo

40 GAZA A fome espalha-se pelo enclave palestino

44 VIOLÊNCIA O assassinato político, comum na Guerra Fria, volta à moda

46 ANTÁRTIDA Alta recorde da temperatura na região mais fria da Terra é sinal de alerta para a humanidade

Capa: Pilar Velloso.
Foto: Ludovic Marin/AFP

Três quartos dos cuidadores são mulheres com pouca ou nenhuma proteção social. Pág. 24



Plural 48

SOB O OLHAR ESTRANGEIRO

A MAIOR PRESENÇA DE ARTISTAS NEGROS E INDÍGENAS TENDE A FACILITAR A INSERÇÃO DA ARTE BRASILEIRA NO CENÁRIO MUNDIAL?

50 MEMÓRIA Agora Ziraldo tornou-se imortal **52 THE OBSERVER** *O Sabor da Vida*, de Tran Anh Hung, é um hino à arte de cozinhar **55 LIVRO** Um microcosmo das nossas hipocrisias **56 AFONSINHO** **57 SAÚDE** *Por Arthur Chioro* **58 CHARGE** *Por Venes Caitano*

10

MUSK RI POR ÚLTIMO?

ASSOCIADO À TROPA BOLSONARISTA, ARTHUR LIRA SABOTA A REGULAÇÃO DAS BIG TECHS

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta

REDATOR-CHEFE: Sérgio Lirio

EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins

CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo

EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond e Mauricio Dias

REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal

REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswoli (Rio de Janeiro)

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva

DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso

CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis

DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich

FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)

REVISOR: Hassan Ayoub

COLABORADORES: Afonsoinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, André Costa Lucena, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamilia Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galipolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jacques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lúcia da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunt, Rogério Tuma, Rui Marin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendell Lima do Carmo

ILUSTRADORES: Eduardo Baptista, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE

EDITORIA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira

EDITORES: Getúlio Xavier e Leonardo Miazio

REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação),

Camila Silva e Marina Vereniz

VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)

ESTAGIÁRIOS: Sebastião Moura

REDES SOCIAIS: Caio César

SITE: www.cartacapital.com.br

basset

editoria

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar.
CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta

GERENTE DE NEGÓCIOS: Henrique Rogatto

GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene

NOVOS PROJETOS: Demétrios Santos

ANALISTA DE ATENDIMENTO: Maria Clara M. Abdal

AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo

CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdilCase Gestão de Negócios

EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos,

Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:

RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660,
enio@gestaodenegocios.com.br

BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto,
(71) 9617-8800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br

CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267,

agholanda@agholanda.com.br

MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com

OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda.

Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001.

www.firbraz.com.br, telefone (11) 3463-6555

CARTA CAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP

DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPOL)

ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



TIRO NO PÉ

Pantanal, Pampas, Mata Atlântica, Cerrado e Floresta Amazônica correm perigo com o texto proposto pelo deputado Lucas Redecker, do PSDB gaúcho. Diante da gravidade da crise climática, os crimes ambientais deveriam ser considerados hediondos, inafiançáveis, por ameaçar a fauna, a flora e a própria humanidade, bem como as gerações futuras.

Paulo Sérgio Cordeiro

FORA DE CONTROLE

O atual governador de São Paulo institucionalizou um esquadrão da morte estatal? Quando questionado sobre a letalidade da PM, disse não estar “nem aí”, que poderiam denunciá-lo “até no raio que o parta”. É gravíssimo! Tem as mãos sujas de sangue das mortes de civis em comunidades pobres e parecer a meta de superar os óbitos da carnificina do Carandiru para ostentar na sua biografia. Quem justifica uma matança dessas proporções já perdeu totalmente o senso de humanidade.

Pedro Lira

TÔ NEM AÍ

A Convenção sobre Genocídio de 1948, promulgada quando os judeus foram assassinados em massa pelo Holocausto nazista, caracteriza genocídio como “atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso”. É precisamente o que está ocorrendo em Gaza. Não há que se falar em guerra!

Não há dois exércitos beligerantes, mas um ato de extermínio de uma população desarmada, esfomeada, que agoniza em hospitais sem luz nem medicamentos. A população israelense já inicia protestos para o fim da agressão e por eleições. Até quando o mundo assistirá atônito aos atos bárbaros do governo de extrema-direita de Israel?

Pedro Luís Viegas

IDEIAS NO ESCURO

O governo deveria investir para baratear o acesso à energia solar, mas isso vai contra o interesse das hidrelétricas, majoritariamente privatizadas.

Tamara Naiz

CASO ENCERRADO?

A Justiça devia uma satisfação às famílias de Marielle Franco e Anderson Gomes e ao povo brasileiro. Ficamos sabendo que eles foram mortos por instituições que deveriam nos representar. E daqui em diante? Como carioca, gostaria de saber se vamos continuar refs de milicianos.

Enilda Xavier

O Rio de Janeiro virou um campo de guerra, nessa sangrenta disputa travada entre policiais, milicianos e traficantes.

Marcio Schneider

O REMENDO POSSÍVEL

O Novo Ensino Médio é desastroso de todos os ângulos que se observe. Disciplinas básicas foram suprimidas ou muito reduzidas. O governo Lula não tem força política para revogar e será responsabilizado pelo que for mantido. Como professora, sinto-me frustrada pelo destino dos meus alunos.

Sandra Zarpelon

PENSÃO ORBÁN

Fuga e esconderijo são conceitos exatos para o que aconteceu.

João Emanuel Moreira Lima

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: <http://Atendimento.CartaCapital.com.br>
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
• Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail redacao@cartacapital.com.br



A Igreja
Cristã
Maranata tem
55 ANOS
de história e está
presente
nos cinco
continentes



A IGREJA QUE ORIENTA PASTORES A NÃO PEDIR DINHEIRO

NA IGREJA CRISTÃ MARANATA, MESMO CONTRIBUIÇÕES E OFERTAS SUBSTANCIAIS PODEM SER RECUSADAS CASO NÃO REFLITAM UM GENUÍNO ATO DE FÉ

prática de incentivar e coletar contribuições financeiras está enraizada na história eclesiástica.

Não é o caso, porém, de uma congregação brasileira fundada há 55 anos e que possui hoje mais de 5 mil templos no Brasil e no exterior: a Igreja Cristã Maranata.

A ICM redefine o conceito de dádiva religiosa, descartando as usuais práticas de coletas e incentivando um dízimo espontâneo, fruto da convicção de seus fiéis. Diferentemente do que ocorre em outras congregações, aqui, a ênfase recai sobre o aspecto espiritual da contribuição, mais do que no valor monetário. A prática traz um desafio até mesmo aos fiéis, acostumados com abordagens mais

tradicionais de arrecadação. “Não tem pedido de dinheiro, não tem coleta. Não se passa a sacolinha para recolher dízimo... Não se pede dinheiro de forma alguma”, conta o pastor Gedelti Gueiros, presidente da instituição. O líder religioso sustenta que a genuína oferta é aquela que emerge do coração e da fé do indivíduo, e não como um gesto rotineiro ou de ostentação. “Entendemos que, primeiro, vem a parte espiritual”, explica ele. “O ato mecânico, ou simplesmente por sentimento, não vai corresponder àquilo que nós entendemos doutrinariamente como obra de Deus, então nem se recebe o valor”, completa. Mesmo doações expressivas podem ser rejeitadas caso percebidas como destituídas de fé

MARANATA EM NÚMEROS

FUNDAÇÃO 1968
LÍDERES VOLUNTÁRIOS NO BRASIL 30 mil

NÚMERO DE TEMPLOS 5 mil
PRESENTE EM TODOS OS CONTINENTES



**OS MEMBROS
da Igreja Cristã
Maranata
dedicam-se
voluntariamente
à manutenção
dos templos**

genuína. “A quantia vultosa não nos interessa, porque sabemos que Deus vai suprir tudo.”

Amadeu Loureiro Lopes, pastor voluntário da igreja desde 1971, destaca o caráter inclusivo e discreto com o qual a ICM lida com a questão financeira, reforçando que a negativa de contribuição por parte dos fiéis não resulta em exclusão ou constrangimento. A igreja evita, também, publicizar a lista de contribuintes. Lopes sublinha que essa abordagem tem sido um princípio fundamental desde a origem da Maranata, contrastando com práticas mais impositivas vistas em outros grupos religiosos. “Víamos isso em outros movimentos e achávamos que não era para ser assim.”

Originária do movimento pentecostal que ocorreu no Brasil na década de 60, a Igreja Cristã Maranata adotou uma vertente do pentecostalismo que se afasta das promessas de prosperidade material em troca de doações. Lopes aponta que a expectativa de recompensas materiais por contribuições financeiras pode levar os fiéis a ofertar além de suas possibilidades, esperando milagres financeiros. Diante dessa realidade, a Maranata optou por uma abordagem mais consciente e sustentável, promovendo a doação como um ato de fé, e não como um investimento para ganhos futuros. Conforme a igreja cresceu, sua estrutura financeira se solidificou em torno de uma gestão diferente, com tesourarias locais operando independentemente da liderança pastoral. A integridade das finanças é mantida por um conselho fiscal que realiza auditorias regulares, assegurando a retidão e a responsabilidade no manejo dos recursos.

Mas, como, sem pedir dinheiro e sem pagar salários aos pastores, a Igreja Cristã Maranata mantém a sustentabilidade de inúmeros templos espalhados pelo Brasil e pelo mundo? A razão é um “caixa único”, que assegura que todas as contribuições sejam centralizadas, facilitando a gestão

das necessidades de cada templo, independentemente de sua localização ou condição financeira – enquanto alguns têm boas arrecadações, por exemplo, outros podem ser deficitários, não podendo sequer arcar com as contas de água e luz. “Cada um fica apenas com o aquilo que precisa para suas despesas”, explica Loureiro Lopes. “Outros, que têm uma carência maior, a gente subsidia, mandando verba e suprimindo toda a manutenção.” Hoje, conforme explica o pastor, Estados Unidos e Canadá se mantêm praticamente sozinhos. Na América do Sul, a situação é mista: algumas congregações conseguem manter-se por conta própria, enquanto outras ainda dependem de subsídios. Na Europa, países como Alemanha, Suíça, Portugal e Espanha se destacam por uma independência financeira completa.

Dessa maneira, a instituição consegue manter e até expandir suas atividades sem depender de pedidos externos de financiamento. “Hoje, temos condições de movimentar a obra no mundo inteiro, sem precisar pedir dinheiro a governos, prefeituras, e a ninguém”, celebra Gueiros, o presidente da ICM. “Nunca faltou nada para a execução da obra de Deus.” A singularidade da Maranata também se reflete na postura de seus líderes e membros mais ativos, frequentemente listados entre os principais contribuintes – contrastando com outras denominações onde costumam ser os mais remunerados. A contribuição dos fiéis também vai além do aspecto financeiro, estendendo-se a diversas formas de serviço voluntário dentro da comunidade, desde a manutenção física dos templos até a participação nos cultos. Atualmente, são quase 30 mil líderes voluntários espalhados pelos templos da ICM, entre pastores, diáconos e obreiros.



**GEDELTI
GUEIROS
serve como
presidente e
pastor da Igreja
Cristã
Maranata**

A Semana

De braços dados com milicianos

Sob o pretexto de impor um constrangimento ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, o PL de Jair Bolsonaro orientou sua bancada a votar pela revogação da prisão do deputado Chiquinho Brazão, suspeito de encomendar o assassinato da vereadora Marielle Franco em 2018. O magistrado autorizou a prisão após o sicário Ronnie Lessa delatar o parlamentar fluminense e seu irmão, Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, apontados como mandantes do crime. Ao cabo quem passou vergonha foram os bolsonaristas. O plenário da Câmara aprovou, por 277 a 129 votos, a manutenção da prisão, sob efusivos aplausos dos governistas. E, pela enésima vez, restou claro quem defende cegamente qualquer acusado de envolvimento com as milícias cariocas.

Crime organizado/ PCC S/A

A facção já atua como uma máfia, revela operação do MP paulista

O Primeiro Comando da Capital, facção criminosa nascida nos presídios paulistas e hoje presente na maioria dos estados brasileiros, já atua como uma organização mafiosa, capaz de constituir grandes empresas para vencer licitações públicas e usar o dinheiro para financiar suas atividades. A conclusão é dos investigadores da Operação Fim de Linha, deflagrada pelo Ministério Público de São Paulo em parceria com a Polícia Militar, a Receita Federal e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade.

Na terça-feira 9, foram presos os dirigentes de duas empresas de ônibus suspeitas de lavar dinheiro para o PCC: a Transwolff e a Upbus, que transportam 700 mil passageiros por dia na capital paulista e receberam 800 milhões de reais da Prefeitura de São Paulo em 2023. Elas fariam parte de um cartel que se apossou do Grupo Local de Distribuição do sistema municipal de transportes, responsável pela circulação local, entre os bairros.

Os 13 lotes daquele grupo, avaliados em 22,2 bilhões de reais, foram licitados em 2019. A Upbus, controlada por integrantes da cúpula da facção e seus parentes, segundo os investigadores da Fim de Linha, ficou com o lote 4, na Zona Leste de São Paulo. Já a Transwolff, a terceira maior empresa do setor na cidade, ficou com os lotes 10 e 11. As suspeitas de formação de cartel para fraudar o certame levaram o Cade a participar da operação.

A Justiça determinou o bloqueio de cerca de 600 milhões de reais em patrimônio dessas duas companhias, para garantir o pagamento por dano moral coletivo. Ordenou ainda que a SPTrans, estatal de transporte cole-



A facção cada vez mais enfronhada no Estado

tivo da cidade, assuma as linhas administradas pelas empresas investigadas.

Além disso, a Receita Federal revelou a existência de uma miríade de empresas, dos mais variados ramos, incluindo revendedoras de carros importados, para lavar dinheiro e driblar a atuação do Fisco. A “holding do PCC” teria movimentado 732 milhões de reais entre 2020 e 2022. “O que nos preocupa é que a organização está tomando contornos de máfia, se infiltrando no Estado, participando de licitações”, lamenta o promotor Lincoln Gakiya, que vive sob escolta policial há mais de dez anos por investigar o PCC. “Isso é característico de máfias, como já vimos na Itália.”

América Latina/ Grave precedente

México denunciará Equador à Corte de Haia por invasão de embaixada

Preso na invasão da embaixada do México em Quito, o ex-vice-presidente equatoriano Jorge Glas foi hospitalizado, na segunda-feira 8, por recusar-se a se alimentar na prisão de segurança máxima La Roca, em Guayaquil, para onde fora transferido. Condenado por corrupção, ele estava refugiado desde dezembro na representação diplomática mexicana, um território considerado inviolável e protegido pelo Direito Internacional.

Na violenta incursão policial, o chefe da chancelaria mexicana, Roberto Canseco, chegou a ser agredido por agentes encapuzados. Em resposta, o presidente do México, López Obrador, anunciou o rompimento das relações diplomáticas com o Equador e prometeu denunciar o colega Daniel Noboa na Corte Internacional de Justiça, em Haia, além de levar o caso ao Conselho de Direitos Humanos e à Assembleia-Geral da ONU.

O incidente é grave, sem precedentes. Para embarcar em um voo comercial de volta ao país de origem, os diplomatas mexicanos precisaram ser escoltados até o aeroporto por embaixadores de Alemanha, Cuba, Honduras e Panamá. Governados por políticos de diferentes orientações políticas, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Uruguai e Peru repudiaram a invasão. Isolado no continente, Noboa elegeu-se presidente do Equador em outubro do ano passado, com uma agenda neoliberal e a promessa de endurecer o combate ao narcotráfico.



A invasão levou a uma crise diplomática

Igreja/ RESTAURAÇÃO CONSERVADORA

VATICANO DESCREVE MUDANÇA DE GÊNERO COMO "AMEAÇA À DIGNIDADE"

Depois da histórica decisão de autorizar a bênção a casais homossexuais, Francisco parece ter cedido às pressões dos grupos conservadores da Igreja Católica. Com o aval do papa, o Vaticano divulgou, na segunda-feira 8, o documento *Dignitas Infinita*, a reiterar a firme oposição da Santa Sé à redesignação sexual e à teoria de gênero, bem como às práticas do aborto, da eutanásia e até mesmo da barriga de aluguel.

Elaborada pelo Dicastério para a Doutrina da Fé, a declaração admite cirurgias para resolver "anomalias genitais", mas enfatiza que a transição de gênero representa uma ameaça à "dignidade única que uma pessoa recebe no momento da concepção". Já a teoria de gênero é apontada como "perigosíssima": "Devem-se rejeitar todas aquelas tentativas de obscurecer a referência à insuprimível

vel diferença sexual entre homem e mulher".

Apesar da obscurantista orientação, o documento ressalta ser preciso evitar "toda marca de injusta discriminação" contra as pessoas homossexuais e denuncia, "como contrário à dignidade humana", o fato de que em alguns lugares elas "são encarceradas, torturadas e até mesmo privadas da vida unicamente pela sua orientação sexual".

Papéis na mesa

Oito anos após o escândalo revelado pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ, na sigla em inglês), a Justiça panamenha iniciou, na segunda-feira 8, o julgamento de 27 acusados de participação no megasquema de lavagem de dinheiro comandado pela consultoria Mossack Fonseca, entre eles Jurgen Mossack e Ramon Fonseca Mora, fundadores da empresa. Eles teriam auxiliado figurões do mundo inteiro a esconder dinheiro em paraísos fiscais por meio de empresas *offshore*. Entre os beneficiários citados nos "Panama Papers", figuravam o ex-premier britânico David Cameron e o então presidente da Argentina, Mauricio Macri. No Brasil, as denúncias atingiram políticos como o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha e o ex-ministro Edison Lobão.



Francisco cede à ala reacionária

Conecta
Amazônia

Musk esperava
lucrar muito com
a reeleição de
Bolsonaro

REDE DE MENTIRAS

A AFRONTA DE ELON MUSK À JUSTIÇA
BRASILEIRA É PARTE DA ESTRATÉGIA
GLOBAL DA EXTREMA-DIREITA

por ANDRÉ BARROCAL

Três dias após Jair Bolsonaro perder a eleição de 2022, seu então vice-presidente e hoje senador, general Hamilton Mourão, escreveu no Twitter, rede social rebatizada de X: “Agora querem que as Forças Armadas

deem um golpe e coloquem o País numa situação difícil perante a comunidade internacional”. O capitão passou aquele mês de novembro trancado no Palácio da Alvorada a tramar contra a derrota. Um decreto presidencial golpista não vingou em boa medida pelo que estava nas entrelinhas do comentário de Mourão: falta de apoio externo, em especial dos Estados Unidos. E se o mandatário norte-americano fosse Donald Trump e não Joe Biden? E se Trump voltar à Casa Branca em 2025? Esse cenário explica a razão de o bolsonarismo jogar as fichas no tabuleiro internacional para tentar salvar o ex-presidente de um acerto de contas com a Justiça. Eis como entram em cena o bilionário sul-africano Elon Musk e seu ex-Twitter, aliados na guerra contra o Judiciário brasileiro e movidos por interesses econômicos particulares.

Nos últimos dias, Musk colocou sua rede social a serviço de Bolsonaro contra o Supremo Tribunal Federal e, particularmente, o juiz Alexandre de Moraes, relator de vários inquéritos policiais que alcançam o ex-presidente. De certa forma, seguiu um apelo público feito em fevereiro pelo deputado Eduardo Bolsonaro durante um encontro reacionário periódico nos EUA, a Conferência de Ação Política Conservadora. “Relatem o que está acontecendo no Brasil. Amanhã, teremos um milhão de pessoas nas ruas de São Paulo em apoio ao presidente Bolsonaro. Façam com que essas imagens circulem pelo mundo. Congressistas americanos (*sic*), pedimos uma audiência em seu Congresso. Vocês são os líderes do mundo livre. Ajudem-nos a expor esta tirania.”

O discurso ocorreu na véspera de uma manifestação na Avenida Paulista con-

A JOGADA DO BILIONÁRIO MISTURA IDEOLOGIA E, CLARO, INTERESSES FINANCEIROS CONTRARIADOS

vocada por Bolsonaro para se defender do avanço das apurações policiais sobre a tentativa de golpe no fim de 2022. Em fevereiro, recorde-se, mês da viagem de Eduardo a Washington, a Polícia Federal havia apreendido o passaporte do capitão, e este logo em seguida refugiara-se por dois dias na embaixada húngara em Brasília. A Hungria é governada pela extrema-direita desde 2010. A propósito, o ex-presidente convocou os fiéis para irem às ruas de novo, em 21 de abril, agora em Copacabana, no Rio.

Aquela audiência solicitada por Eduardo ao Congresso norte-americano em fevereiro não ocorreu. Ele chegou a ir aos Estados Unidos em março com alguns colegas parlamentares, em vão. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos EUA, o opositorista Chris Smith, havia topado a audiência. O vice, Jim McGovern, pró-Biden, não. Na última semana, Eduardo e uns colegas deputados reuniram-se com políticos de extrema-direita no Parlamento Europeu. A trupe brazuca martela no exterior uma ficção, a da “tirania do governo Lula”. Os europeus vão eleger em junho um novo Parlamento, e os líderes do continente esforçam-se para evitar que mentiras espalhadas via redes sociais contaminem o voto. Serão exigidas providências das chamadas *Big Techs*, como Facebook, YouTube e o ex-Twitter, contra a desinformação. Graças à legislação local, as empresas estão ao alcance de multas pesadas, de até 6% da receita.

A União Europeia tem em vigor desde o início do ano duas leis destinadas a coibir o poder de mercado e de desinformação das *Big Techs*. Google e Facebook já



Moraes incluiu o magnata no inquérito das *fake news*

sentem na pele os efeitos da Lei de Mercados Digitais. A Lei de Serviços Digitais é motivo de dor de cabeça para Musk. Pouco antes de sua vigência, o bloco iniciou, em dezembro, uma investigação formal contra o ex-Twitter, pelo fato de a companhia recusar-se a ser transparente e a coibir a disseminação de discursos de ódio e mentiras. Para a Comissão Europeia, a rede de Musk “é a plataforma com maior taxa de postagens de desinformação”. Não surpreende que a rede social tenha desistido, em fevereiro, de participar de um acordo contra a desinformação na eleição ao Parlamento Europeu.

Por aqui, o deputado Orlando Silva, do PCdoB paulista, aproveitou o caso Musk-Moraes para defender a votação da Lei das Fake News, aprovada em 2020 no Senado e desde então aos seus cuidados na Câmara. É uma proposta inspirada na Europa. Em linhas gerais, diz que uma plataforma não pode lavar as mãos diante do conteúdo disseminado por um usuário, ou seja, cabe puni-la também. E tenta, digamos, iluminar os algoritmos, aqueles códigos internos de uma plataforma criados para manter os usuários o maior tempo possível na frente do celular ou do computador. Os algoritmos oferecem aquilo que supostamente os indivíduos querem. Conteúdos de ódio, racistas e discriminatórios são perfeitos para manter os usuários conectados, pois mexem com paixões. Quanto mais tempo alguém fica conectado à web, mais dinheiro ganham as plataformas. É o que elas “vendem” aos clientes: a atenção dos inscritos. “Tudo se resume a lucro, a uma busca por dinheiro. Mais dinheiro a partir de mais adesão de rede social que se torna mais atrativa quando mostra violência, desunião, quando dá aderência a conflitos entre direita e esquerda, entre personagens políticos”, disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, na terça-feira 9, ao defender a votação da Lei das Fake

SEM UMA LEI DE REGULAÇÃO APROVADA NO CONGRESSO, RESTARÁ A AÇÃO DO STF, QUE SERÁ ACUSADO DE ATIVISMO JUDICIAL

News pelos deputados. “No fim das contas é uma busca indiscriminada, antiética e criminosa pelo lucro e isso, obviamente, tem de ser contido por lei e esse é o nosso papel enquanto Congresso.”

Naquele dia, o líder do governo na Câmara, José Guimarães, do PT do Ceará, e o líder do PCdoB, Márcio Jerry, do Maranhão, pediram ao presidente da Casa, Arthur Lira, do PP de Alagoas, a votação urgente do projeto. E Lira? Em maio do ano passado, o alagoano tinha se esforçado para levá-la adiante, sem conse-

guir. Houve lobby fortíssimo das plataformas, que insuflaram a ideia de que a lei iria censurar a Bíblia, entre outras sanções. Agora Lira decidiu (palavra dele) “zerar” o jogo, tirar a lei das mãos de Silva e montar um grupo de trabalho para (palavras dele de novo) ter um texto daqui a 30 ou 40 dias. Haverá mesmo um texto daqui a um mês, bem às vésperas de o Congresso fechar em razão das férias e da eleição municipal de outubro?

CartaCapital conversou com deputados que testemunharam as conversas reservadas de Lira. A conclusão é de que o presidente da Câmara jogou a favor do bolsonarismo, que não aceita a lei. O deputado alagoano deseja fazer o sucessor no comando da Casa em fevereiro, de preferência o líder do União Brasil, Elmar Nascimento, da Bahia, e não tem certeza da posição do governo. Cultivar o coração da extrema-direita a partir de tema caro a ela pode render votos futuros a Nascimento. Não está claro se Lira vai usar o grupo de trabalho para enrolar e não votar nada ou se o plano é parir um texto inútil. Em qualquer dos casos, vitó-



Lira volta a aliar-se ao bolsonarismo



O deputado Orlando Silva foi retirado da relatoria do PL das Fake News. O ministro Dias Toffoli desengavetou um processo que pode ampliar o poder de intervenção da Justiça



ria de Bolsonaro e cia. “Há uma guerra fria do Lira com o Supremo. Na reunião de líderes que decidiu pelo grupo de trabalho, ele disse mais de uma vez: ‘Por que o Orlando defende o Supremo?’ Sem votar a lei, o Congresso não dá suporte jurídico ao STF para agir contra as fake news, isso alimenta a narrativa bolsonarista de que a Corte faz política e pratica ativismo judicial”, descreve um parlamentar.

O Supremo faz pressão pública pela

aprovação da lei, pela voz do juiz Gilmar Mendes. A Corte não ficou inerte diante da recente prestação de serviços de Musk ao bolsonarismo. Ao contrário. Moraes incluiu o magnata na mira de um dos inquéritos sob sua responsabilidade, o das milícias digitais. Justificativa para a inclusão: “dolosa instrumentalização criminosa” do ex-Twitter. Moraes abriu ainda um inquérito exclusivo sobre o bilionário, por obstrução de Justiça, formação de

quadrilha e incitação ao crime. Será que o segundo homem mais rico do mundo, detentor de uma fortuna de 195 bilhões de dólares, um dia será acusado, julgado, condenado e preso no Brasil? Difícil. O ex-Twitter, sim, pode vir a sofrer. O escritório brasileiro tentou convencer o magistrado de que não segue ordens diretas de Musk e que não merecia ser punido por nada. “Cinismo”, anotou o togado ao negar o pedido de exclusão, na terça-feira 9.

A reação do Supremo ao bilionário foi coordenada e não ficou restrita às decisões de Xandão com X. Na terça-feira 9, Dias Toffoli comunicou que vai liberar até o fim de junho ao plenário uma ação contrária a certo dispositivo do Marco Civil da Internet, lei de 2014. O dispositivo é o artigo 15, que trata da guarda, pelas plataformas, de informações sobre usuários e conteúdos. Se a regra for preservada, haverá mais poder para a Justiça agir contra as *Big Techs*. O julgamento chegou a ser programado para maio do ano passado, logo após o naufrágio da tentativa dos deputados de votar a Lei das Fake News. Não ocorreu por causa de um pedido da Câmara, que queria mais tempo para resolver o impasse quanto à lei. De certa forma, Toffoli tenta contornar a inércia atual de Lira. Também na terça-feira 9, o presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, marcou o julgamento de uma ação sobre a permissão ou não de um juiz de primeira instância tirar uma rede social do ar. Será entre os dias 19 e 26.

Na quarta-feira 10, Luiz Fux autorizou a abertura de um inquérito policial sobre possível crime de injúria cometido contra o presidente Lula pelo deputado Nikolas Ferreira, do PL mineiro. Em novembro do ano passado, Ferreira estava em um evento da ONU nos EUA e, em discurso, chamou o presidente de “ladrão”. Há um vídeo a registrar a declaração. Lula pediu apuração do caso à PF. Esta havia acionado o Supremo em fevereiro. O procu-

CAPA

rador-geral da República, Paulo Gonet, concordou com a instauração de uma investigação. O vídeo, segundo ele, “demonstra, sem maiores dúvidas, a possível prática do crime de injúria contra o presidente”. Injúria é ilícito castigado com prisão de um a seis meses e/ou multa.

Na véspera da decisão de Fux, Musk havia escrito no ex-Twitter: “Como Alexandre de Moraes se tornou o ditador do Brasil? Ele tem Lula na coleira”. Mais: “Colocou o dedo na balança para eleger” o petista. Moraes era na eleição de 2022, e ainda é, presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Ferreira aproveitou os comentários do bilionário e pediu a ele que o ex-Twitter entregue o que tiver de informação passível de uso contra Moraes e Lula. “Isso vai ser crucial para o futuro do nosso País”. Resposta: “Precisamos levar nossos funcionários no Brasil para um local seguro ou que não estejam em posição de responsabilidade, então faremos um dump (despejo) completo de dados”. No dia seguinte, Musk parabenizou Ferreira via ex-Twitter pela “coragem” de chamar Lula de “ladrão”.

Um material interno do ex-Twitter está na origem da cruzada de Musk e Bolsonaro contra Moraes e o Supremo. Em 3 de abril, um jornalista norte-americano, Michael Shellenberger, e dois direitistas brasileiros que se dizem jornalistas, David Ágape e Eli Vieira Jr, divulgaram conversas internas de advogados da rede social sobre ordens judiciais que tinham de cumprir no Brasil. O bolsonarismo e seus aliados alegam que as mensagens provariam (não provam) ditadura e abuso judicial. Shellenberger esteve dois dias depois em um evento reacionário em Porto Alegre, o Fórum da Liberdade, cujo espírito é o mesmo daquela conferência perióica nos EUA.

O material divulgado por Shellenberger e seus colegas brasileiros faz parte de um pacote que Musk decidiu jogar na praça



após tomar posse do ex-Twitter, no fim de 2022, batizado nos EUA de “Twitter Files”. O ano de 2022 marcou uma espécie de aliança do bilionário com Trump, Bolsonaro e a extrema-direita global. Tudo começa com a compra da rede social, uma negociação tornada pública em maio de 2022. Naquele mês, Musk declarou que no passado havia votado no Partido Democrata, o de Joe Biden (ele tem cidadania norte-americana), e não o faria mais. Dois dias depois do comentá-

rio, reunia-se no Brasil com Bolsonaro. Na ocasião, anunciou o início das operações por aqui de sua empresa de satélites, a Starlink. O acordo com governo era para oferecer internet a escolas na Amazônia.

A Starlink dava-se bem na primeira versão de um plano lançado pelo Ministério da Educação no ano passado, já com Lula em cena. A pasta havia preparado uma Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, a fim de levar internet a 138 mil instituições públicas até 2026, um investimento de 8 bilhões de reais. Pisou no freio quando, em outubro, a mídia constatou que os parâmetros definidos para a internet que deveria ser fornecida às escolas favoreciam a Starlink. Eles acabaram alterados há dois meses. Em meio à confusão geral, o Ministério Público atuante no Tribunal de Contas da União, órgão que auxilia o Congresso a vigiar o governo, pediu a suspensão de todos os contratos federais com a companhia, por “total afronta e desrespeito à soberania na-

“COMO ALEXANDRE DE MORAES SE TORNOU O DITADOR DO BRASIL? ELE TEM LULA NA COLEIRA”, PROVOCOU MUSK



Musk se dizia eleitor do Partido Democrata, mas virou casaca e aderiu a Trump. A Starlink mira negócios na América Latina

cional” e ameaça de “não se submeter ao direito brasileiro”, segundo o MP.

De volta às relações de Musk com a extrema-direita. Em novembro de 2022, mês de eleição para parte do Congresso norte-americano, o empresário manifestou apoio ao Partido Republicano e reativou a conta de Trump no ex-Twitter, fechada pela rede social após a invasão do Capitólio, em janeiro de 2021. “Suspendemos permanentemente a conta devido ao risco de mais incitação à violência”, dizia a empresa. Um ano depois, Musk selava uma aliança com Javier Milei, o economista ultraliberal eleito presidente argentino. “A prosperidade está adiante para a Argentina”, escreveu o empresário em sua rede social no dia da vitória de Milei. Em 6 de dezembro de 2023, quatro dias antes da posse do argentino, os dois falaram por telefone. Tão logo assumiu, uma das primeiras medidas do argentino foi autorizar a Starlink a funcionar no país. Milei foi aos EUA na terça-feira 9 e, no sábado 13, visitaria a sede da fábrica de carros elétricos de Musk, a Tesla, onde teria um tête-à-tête com o magnata.

O namoro do bilionário com radicais direitistas é um pouco mais antigo. Em 2019, extremistas bolivianos apaream

do poder o socialista Evo Morales e assumiram com Jeanine Áñez, hoje em cana, destino que Bolsonaro volta e meia diz que pode ser o dele próprio. No ano seguinte, Musk meteu-se em uma discussão no ex-Twitter com um internauta que havia escrito: “Você sabe o que não interessa às pessoas? O governo dos EUA organizando um golpe contra Evo Morales na Bolívia para que você possa obter lítio lá”. Resposta do magnata: “Vamos dar golpe em quem quisermos. Lide com isso”. Ainda eram tempos de Trump na Casa Branca. A Bolívia, conforme um rela-



Gonet deu aval ao processo por injúria contra Nikolas Ferreira

tório do serviço geológico norte-americano, possui a maior reserva mundial de lítio, insumo de baterias de celulares, *laptops* e carros elétricos. No ano passado, com os socialistas de Moraes de volta ao governo, a Bolívia selou um acordo com China e Rússia para explorar o mineral.

O Brasil possui a 12ª maior reserva de lítio, embora estudos próprios do Ministério de Minas e Energia coloquem o País na sétima posição. O grosso da reserva daqui (85%) localiza-se no norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha, área paupérrima. O governador mineiro Romeu Zema tenta desde 2023 atrair investidores estrangeiros para lá, ao “vender” um “Vale do Lítio”. Uma canadense, a Sigma Lithium, aportou no ano passado e, em julho, começou a exportar para a China. Segundo a agência de notícias Bloomberg, Musk teria planos de comprar a Sigma. Há dois anos, o empresário tinha escrito no ex-Twitter que o preço do lítio estava alto e talvez tivesse de entrar no setor mineral, para garantir o insumo à Tesla.

A mineração está na base da fortuna da família Musk. Elon respirou extremismo de direita de 1971, ano de nascimento, até 1989, o de sua imigração para o Canadá. Quando nasceu na África do Sul, o país vivia o Apartheid, regime pelo qual os brancos, minoria de 8%, mandavam numa nação de 80% de negros – segregados, excluídos física, política e economicamente. O sistema acabou em 1994. Enquanto viveu, o pai de Musk, Errol, manteve uma mina de esmeraldas na Zâmbia, país nas redondezas, e enviava o dinheiro para a terra natal. Em 2021, Elon negou esses fatos: “Não há qualquer evidência de uma ‘mina de esmeraldas’”. Foi desmentido pelo próprio pai em 2023, numa entrevista a um jornal britânico: “Elon sabe que é verdade. Todas as crianças sabem disso. Minha filha (Tosca) tem três ou quatro pingentes de esmeralda”.

Elon Musk e *fake news*, tudo a ver. •

ÀS FAVAS A DEMOCRACIA

PARA BILIONÁRIOS COMO MUSK,
O ÚNICO VALOR É A LIBERDADE
DOS PODEROSOS

por SÉRGIO AMADEU DA SILVEIRA*

Elon Musk comprou o Twitter, um dos primeiros *microblogs*, por dois motivos. O primeiro é que seu grupo empresarial não possuía nenhuma rede social de escala mundial para acompanhar a conversão das *Big Techs* nos gigantes dos trustes do século XXI, isto é, em agrupamentos com grande poder econômico que atuam em diversos ramos da economia de forma cada vez mais coordenada. Na corrida espacial e na busca por contratos da Nasa, a Amazon tornou-se a grande concorrente de Musk. Seu adversário, Jeff Bezos, dono da Amazon, construiu um truste que atua no comércio eletrônico e a venda de *hardwares* e dispositivos conhecidos como assistentes virtuais ao domínio de 40% do mercado mundial de nuvem. Bezos apostou em outro tipo de rede social, ao adquirir a GoodReads, lançar o Amazon Prime na área de entretenimento, a plataforma de *streaming* Twitch e consolidar o trabalho precarizado a par-

tir do Mechanical Turk, entre dezenas de outros empreendimentos. Faltava a Musk uma rede social mais robusta.

A Microsoft comprou o LinkedIn, o Grupo Alphabet possui redes descomunais como o YouTube, e o Grupo Meta controla o Facebook, o Instagram e o cliente de mensagens instantâneas WhatsApp. Curiosamente, no ano passado, o bilionário Musk irritou-se com Mark Zuckerberg, criador e controlador do Grupo Meta, promovendo uma cena digna de pré-primário ou de filmes que cultuam a doutrina do “macho alfa”. Musk desafiou Zuckerberg para uma lu-

ta no estilo jaula do Ultimate Fighting Championship (UFC). Disse que daria porradas em seu concorrente, para delírio dos bolsonaristas e recalcados em geral. Musk é uma figura que cultua valores da extrema-direita norte-americana.

O segundo motivo é poder interferir no debate político de modo mais permanente e efetivo. Para isso, retirou o Twitter da Bolsa de Valores e fechou seu capital. Tornou-se, assim, seu único controlador. Mudou inúmeras regras do antigo Twitter e até mudou o nome do *microblog* para “X”. Musk trouxe para a plataforma a sua concepção de liberdade, ou melhor, a visão que a extrema-direita norte-americana tem da liberdade. Por isso, enfrenta as decisões do Judiciário brasileiro. Liberdade para Musk deve ser entendida como o poder de cada um fazer absolutamente o que puder e quiser. Desse modo, os poderosos e ricos podem agir até o limite de seu poder ou de seu capital. Nesse sentido, liberdade e poder são noções que se confundem no ideário da extrema-direita.

**O DONO DA
REDE X É UM
PROPAGANDISTA
DA EXTREMA-
-DIREITA MUNDIAL**



O mais espalhafatoso
dos extremistas
do Vale do Silício

Um dos antigos sócios de Musk no PayPal, o investidor do Vale do Silício Peter Thiel, em um evento promovido pelo Cato Unbound, em abril de 2009, afirmou: “Já não acredito que a liberdade e a democracia sejam compatíveis”. A extrema-direita pensa a democracia como um freio ou bloqueio à liberdade. Como bem descreveu o filósofo libertário Nick Land, a democracia é um vetor, um sentido que exige ou depende do respeito ao Estado e às maiorias. Isso incomoda Musk e seus amigos bilionários. Por isso, desgostam das regras democráticas, pois preferem ter um poder ilimitado. Os neoliberais começaram a aderir a esse pensamento reacionário que se alia e se mistura aos primados neofascistas.

Musk não quer aplicar nossa legisla-

ção que proíbe o discurso de ódio e mensagens falsas que podem colocar em risco a saúde da população no Twitter. Desinformar é sinônimo de liberdade de expressão para o dono do X. Essa doutrina é adequada à estratégia da extrema-direita mundial, que se baseia na disseminação da desinformação para formar o caos informacional e anular a importância dos fatos analisados racionalmente.

O novo populismo de extrema-direita, que prefiro nomear de neofascismo, busca, com a disseminação da desinformação, criar o caos informacional, uma situação em que não é possível confiar em mais nada. Tudo deve estar sob suspeição, principalmente as instituições imprescindíveis para a democracia. Apostam tudo na disseminação dos valores

reacionários e das ideias de um passado que nunca existiu, mas que acreditam ter sido muito melhor para as classes dominantes da sociedade.

Há um grande fortalecimento da extrema-direita entre os empresários e investidores do Vale do Silício. Estão preocupados em manter seu *status quo* e lutam com todos os meios possíveis para manter suas empresas desregulamentadas ou sob regras mais suaves. Os dirigentes do Vale do Silício eram conhecidos por seus vínculos com os Democratas, mas esse cenário mudou. Figuras como o CEO da Oracle, Larry Ellison, um dos maiores financiadores políticos da extrema-direita norte-americana, não estão mais em franca minoria. Musk, Thiel e até mesmo o ex-simpatizante da esquerda Marc Andreessen, fundador do Netscape, estão juntos na jornada dos libertários contra a democracia.

A regulamentação das plataformas é urgente. A liberdade não pode ser confundida com poder econômico. Se as regras de respeito à liberdade de expressão das Constituições democráticas, se a proteção dos direitos e garantias individuais não forem aplicadas pelas plataformas, quais preceitos, mandamentos e determinações elas deverão seguir? As regras e os interesses de Musk, Thiel e outros líderes da extrema-direita? Não existe convivência social, nem mesmo nas redes de relacionamento social, sem regras. Os sistemas algorítmicos que organizam os conteúdos que vemos, lemos e ouvimos nas redes são definidos pelas plataformas. Nada pode ser feito dentro do X, do Facebook ou do YouTube sem que essas plataformas concordem. As plataformas têm um verdadeiro moderador das condutas sociais. Esse poder precisa estar submetido às democracias. Sem isso, teremos apenas o totalitarismo digital que Zuboff nomeou de instrumentalismo. •

**Professor da UFABC,
especialista em tecnologia.*

O XIS DA QUESTÃO

HÁ CLAROS INTERESSES ECONÔMICOS E POLÍTICOS POR TRÁS DOS ATAQUES DO BILIONÁRIO À REGULAÇÃO DAS REDES SOCIAIS E À SOBERANIA NACIONAL

por RENATA MIELLI*

As declarações de Elon Musk contra ministros do Supremo Tribunal Federal e outras autoridades, inclusive o presidente da República, constituem um grave ataque à soberania e autodeterminação do nosso país. Proprietário da rede social X desde 2022, o empresário tem negócios variados no Brasil, inclusive contratos com o setor público. Ainda assim, anunciou que não pretende cumprir ordens judiciais e não vai respeitar as regras estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Musk publicou uma série de *posts* pedindo a prisão do ministro Alexandre de Moraes e afirmando que há uma ditadura judicial instalada no Brasil que promove a censura. As manifestações do bilio-

nário não são intempestivas e tresloucadas, muito menos isoladas. Elas têm objetivos muito claros que envolvem interesses econômicos e políticos do empresário não apenas no Brasil, mas também na América Latina.

O primeiro ligado ao mercado de carros elétricos, desde a produção de baterias de lítio, passando pela implementa-

**O PARLAMENTO
PRECISA IMPOR
REGRAS ÀS
EMPRESAS QUE
ATUAM DE FORMA
PARASITÁRIA EM
NOSSO PAÍS**

ção de plantas de produção de automóveis e pela comercialização dos carros da Tesla na região. O Brasil possui a sétima maior reserva de lítio do mundo e é um mercado consumidor de automóveis que desperta um forte interesse em Musk.

O segundo está relacionado a outra empresa de Musk, a Starlink, que oferece conectividade à internet através de satélites de baixa órbita. A atuação de Musk nesta área não é exatamente motivada pelo altruísmo de universalizar o acesso à internet, mas tem implicações geopolíticas. O governo dos EUA já expressou que os satélites de Musk podem ser uma alternativa viável ao Sistema de Posicionamento Global (GPS, *na sigla em inglês*), que já está defasado com relação a outros sistemas.

O terceiro diz respeito ao uso do X como plataforma política. Na época em





que a empresa foi adquirida, Elon Musk afirmou que o Twitter seria um espaço de liberdade de expressão absoluta. Desde então, iniciou um processo de demissão em massa de funcionários pelo mundo, principalmente nas áreas de relacionamento com governo e sociedade e de moderação de conteúdo. O resultado foi o crescimento alarmante dos conteúdos de desinformação e discurso de ódio na plataforma.

O dono do X também usa seu perfil pessoal para atacar iniciativas de regulação das plataformas de redes sociais, além de engrossar posicionamentos do ex-presidente Jair Bolsonaro e de sua base de apoio. Suas manifestações mais recentes serviram de munição para os grupos bolsonaristas ampliarem os ataques contra as instituições da República.

Musk busca posicionar-se como uma

liderança da extrema-direita no mundo. Isso fica explícito na leitura de suas postagens, não só com respeito ao Brasil. Fica evidente, também, quando adota posturas diferentes com relação aos países e suas regras para plataformas digitais. Sobre a decisão do governo indiano para moderação de contas e conteúdos, Musk disse que vai cumprir e respeitar a legislação indiana. Ora, por que então não adota a mesma postura para o Brasil?

Este episódio envolvendo Musk só evidencia a necessidade de o Brasil avançar na aprovação de uma legislação para estabelecer e regular a atividade das plataformas de redes sociais. É urgente a definição de diretrizes relacionadas à transparência e aos mecanismos de tomada de decisão com relação a contas e conteúdos de terceiros, sejam aqueles que ampliam a escala e a

velocidade de visualização de um conteúdo por decisão automatizada ou em razão de pagamento na forma de impulsionamento ou patrocínio, sejam aqueles que reduzem o alcance ou excluem conteúdos. Fundamental, também, definir qual a responsabilidade das plataformas nesse contexto, principalmente com relação a conteúdos que podem trazer danos coletivos aos direitos fundamentais e à democracia.

A sociedade brasileira tem o direito de ter informações granulares sobre as atividades dessas empresas que envolvem um serviço essencial como a circulação de informações e notícias. As autoridades têm o dever de exigir que as regras próprias das plataformas estejam em consonância com a legislação nacional e com a nossa Constituição, no sentido de preservar direitos humanos, um ambiente mais saudável de comunicação, defender a democracia e a integridade de processos políticos nacionais.

Desde 2020, o Congresso Nacional mobilizou centenas de pessoas entre representantes do setor privado, de órgãos públicos, da sociedade civil e acadêmica para discutir propostas para regular as plataformas. Um dos projetos que centralizaram atenções foi o que dispõe sobre a Transparência, Responsabilidade e Liberdade na Internet, o PL 2630. São quatro anos de debate acumulado, que não podem ser desperçados.

O Parlamento precisa ser célere na sua missão de oferecer uma legislação sobre o tema. Não podemos permitir que essas empresas sigam atuando de forma parasitária, coletando dados e impondo um modelo de negócios que aufere bilhões em lucro no Brasil e ainda se coloquem acima dos interesses nacionais. •

**Jornalista, doutoranda em Ciências da Comunicação, assessora especial da ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação e coordenadora do Comitê Gestor da Internet no Brasil.*



A esfinge de Maricá

PERFIL Vice-presidente do PT, Washington Quaquá coleciona gafes e controvérsias, mas é peça-chave na política fluminense

POR MAURÍCIO THUSWOHL

Para alguns colegas de partido, ele é o maior símbolo de um exitoso modo de governar “à esquerda”, com a aplicação de programas de inclusão social, distribuição de renda e desenvolvimento científico e tecnológico. Para outros, é uma chaga a sangrar o PT, um político populista e excessivamente pragmático, que investe na construção de alianças locais com personagens que causam arrepios em parte dos petistas. Exageros costumam fazer parte das discussões sobre quem é o deputado federal e vice-presidente nacional do PT, Washington Quaquá, ex-prefeito de Maricá. Aos 53 anos, o ex-militante secundarista, que já foi próximo à Convergência Socialista (atual PSTU) e destaque do grupo do então deputado petista Vladimir Palmeira, é hoje um dos personagens mais influentes da política fluminense. Entre apoiadores e críticos, uma certeza: Quaquá parece adorar uma controvérsia.

Um desses gestos foi o tapa dado no rosto do deputado bolsonarista Messias Donato, do Republicanos, após o “colega” ter puxado o braço do petista no plenário da Câmara. O tumulto, na presença do presidente Lula, durante a sessão de promulgação da Reforma Tributária em dezembro, levou Quaquá de volta às manchetes esta semana, após o ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal, determinar a abertura de in-

quérito para apurar a agressão. Quaquá ganhou os holofotes também ao anunciar a contratação do carnavalesco Leandro Vieira, campeão do carnaval carioca de 2024 pela Imperatriz Leopoldinense. No ano que vem, Vieira fará o carnaval da União de Maricá, escola de samba criada pelo deputado em 2015 que já chegou ao Grupo de Acesso e é atualmente seu maior xodó.

A relação com a cidade litorânea de 197 mil habitantes é parte indissociável da trajetória de Quaquá. Nascido na vizinha Niterói, ele viveu desde a infância em Maricá, onde se iniciou no movimento estudantil e foi candidato a prefeito por duas vezes antes de, finalmente, vencer em 2008. Eleito por dois mandatos consecutivos, em 2016 fez seu sucessor, o atual prefeito Fabiano Horta, próximo de completar também seu segundo mandato. As gestões petistas criaram diversos programas bem-sucedidos e Maricá

passou a ser o símbolo de um determinado “modo petista de governar”, o que assegurou a Quaquá galgar posições internamente na direção estadual – que hoje controla – e nacional do PT.

Ganharam fama nacional iniciativas como o sistema Tarifa Zero nos ônibus municipais ou a criação de um programa de renda básica com uma moeda social, a Mumbuca, de valor paritário ao real. O município, líder no recebimento de *royalties* do petróleo em 2023, intensificou nos últimos anos seus programas de produção cultural, científica e tecnológica, com a criação da Maricá Filmes e do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá, o ICTIM.

Para muitos no PT, no entanto, os feitos das gestões em Maricá perdem importância diante da postura pública de Quaquá em uma série de episódios recentes. E o deputado não deixa de municiar os adversários internos. Em março, declarou que conhecia Domingos Brazão “há 20 anos” e que seria uma “surpresa negativa” se confirmado o nome do conselheiro do Tribunal de Contas do Rio como mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco. Em carta enviada ao Diretório Nacional do PT no dia seguinte à declaração, militantes pediram a imediata substituição de Quaquá da vice-presidência nacional do partido por “suas posturas que recorrentemente prejudicam a credi-

O deputado teve papel decisivo na redução da distância entre Lula e Bolsonaro no Rio em 2022



Aliados. Presença marcante na Marquês de Sapucaí, Quaqué atraiu políticos de direita para o palanque de Lula nas eleições do ano passado e incomoda a ala ideológica do PT com seus acenos para figuras como Eduardo Pazuello, ex-ministro de Bolsonaro, e Eduardo Paes, do PSD



bilidade da nossa legenda”. No documento, o deputado é acusado de ferir os princípios éticos, políticos e ideológicos do PT.

A *CartaCapital* Quaqué revisita a polêmica: “Em relação ao Brazão, só peço que o Judiciário cumpra seu papel e que todos os réus sejam julgados com equilíbrio e justiça. Todo brasileiro que respeita a demo-

cracia quer justiça para Marielle”. Sobre ser “polêmico”, o deputado retruca: “Um dos grandes males da radicalização política no Brasil é a simplificação, a anulação do contraditório, das ponderações. Ninguém deveria ter medo de dizer o que pensa”. Outros episódios que renderam moções de repúdio a Quaqué no PT foram o

encontro com o ex-ministro da Saúde e hoje deputado Eduardo Pazuello, a quem definiu nas redes sociais como “simpático” e “um malandro carioca”, e o voto contrário à cassação do deputado Nikolas Ferreira, do PL, na Comissão de Ética da Câmara.

Em reunião do Diretório Nacional do PT em 26 de março, o dirigente Valter

Pomar apresentou uma proposta de substituição de Quaqué na vice-presidência do partido. Apesar da argumentação de que o PT “precisa dar uma resposta pública a uma situação inaceitável causada pelas declarações de Quaqué”, a proposta de debater o caso foi rejeitada por 34 votos a 19, em uma sinalização de que o deputado não corre perigo real de afastamento. Presente à reunião, Quaqué, segundo relatos, assistiu a tudo em silêncio. Por ora, cabe a Pomar o enfrentamento público com o adversário: “Quaqué continuará causando danos ao PT. E a responsabilidade é da chapa que o colocou na direção do partido. Jabuti, como se sabe, não sobe em árvore”.

Quaqué define como “um pensamento sem pé nem cabeça” a ideia de que possa prejudicar ou “destruir o PT”, como pregam alguns: “Se alguém trabalha para destruir o que o PT representa, este não sou eu, mas sim quem vê o partido como algo monolítico, de pensamento único”.

O embate com as alas petistas mais à esquerda é travado também na seara regional, onde Quaqué, com a bênção de Lula, é o principal articulador da aliança com o prefeito do Rio, Eduardo Paes, do PSD, que disputará a reeleição este ano. En-

“Ninguém deveria ter medo de dizer o que pensa”, afirma o dirigente petista

quanto alguns setores petistas defendem candidatura própria ou até mesmo uma frente de esquerda em apoio a Tarcísio Motta, pré-candidato do PSOL, Quaqué argumenta que mesmo o posto de vice de Paes é secundário: “A candidatura dele é o caminho mais seguro para impedir que o Rio caia nas mãos da extrema-direita bolsonarista”. Uma aliança com outro partido de esquerda, diz, seria mais do mesmo: “No momento, nosso objetivo é impedir que os aliados de Bolsonaro vençam”.

Próximo de Paes, a ponto de indicar o filho, Diego Zeidan, para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário na prefeitura do Rio, Quaqué garante que o aliado “já se comprometeu a implantar programas como a Mumbuca”. De fato, Paes anunciou a intenção de lançar o proje-

to da moeda social Carioquinha, inspirada na Mumbuca. Ver as iniciativas de Maricá replicadas é algo que entusiasma o deputado: “Sem falsa modéstia, há uma Maricá antes e outra depois das gestões do PT”.

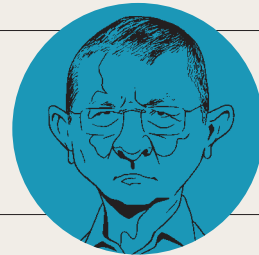
Na bancada fluminense da Câmara ninguém quer falar sobre Quaqué. Longe dos microfones, muitos parlamentares dizem respeitar sua trajetória política e, em que pese a disputa em torno do apoio a Paes, minimizam as divergências locais e mesmo a relação de Quaqué com políticos de direita, a exemplo do prefeito de Belford Roxo, Waguinho Carneiro. Com Lula, com quem tem bom trânsito pessoal, Quaqué ganhou pontos nas últimas eleições ao trazer Waguinho e outros políticos de direita para o palanque petista, reduzindo a distância entre Lula e Bolsonaro no Rio.

Outros programas aplicados em Maricá começam a colher frutos, caso do Passaporte Universitário, um pré-vestibular popular que este ano aprovou 93 estudantes em 31 carreiras diferentes na Uerj. Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o ex-ministro da Ciência, Tecnologia Celso Pansera recorda o tempo que passou à frente do ICTIM e aponta como valiosos projetos desenvolvidos em Maricá: “As pesquisas dos ônibus híbridos a hidrogênio e etanol antecipam uma tendência mundial no setor de transporte público, gerando empregos e renda para toda a região”.

É com base nessas políticas que Quaqué pretende voltar à prefeitura de Maricá no próximo ano: “Quero consolidar Maricá como referência de políticas públicas inovadoras”, diz. Contestado em Brasília, o deputado tem na esfera regional seu habitat político natural. Ao longo de 2024, será peça-chave nas articulações eleitorais por todo o estado, em um cenário ainda polarizado pela disputa com o bolsonarismo: “Não acho que o Quaqué é um mal. Se for, é um mal necessário”, resume um colega parlamentar. •



Apelo eleitoral. A Tarifa Zero no transporte coletivo é uma das vitrines de Quaqué

ALDO FORNAZIERICientista político, professor da Escola de Sociologia e Política e autor, entre outros, de *Liderança e Poder* (Contracorrente)

Enredado em si mesmo

► O principal problema do governo é o próprio governo

A queda de popularidade, seus impasses internos e na relação com o Congresso, os ziguezagues da política externa, sua incapacidade de mobilizar as bases sociais para um engajamento mais ativo, as confusões na Petrobras, desarticulação política e falhas de comunicação são ingredientes, entre outros, que explicam o mau momento do governo perante a opinião pública. Esses elementos mostram que o principal problema do governo é o próprio governo. Um governo enredado em suas próprias incapacidades.

As principais são de natureza política, pois no plano da economia não se pode dizer que o governo vai mal. O desemprego no período do terceiro mandato de Lula tem caído. A taxa para o mês de fevereiro é a menor desde de 2015. No ano passado, a renda do trabalho cresceu 11,7% e o número de empregos com carteira assinada continua acima dos 100 milhões. O Banco Central, o Ministério da Fazenda e os analistas de mercado elevaram as previsões de crescimento do PIB para 2024. Há indícios de que ele poderá ser superior aos 2%, acima das expectativas iniciais. É verdade que há uma elevação dos preços dos alimentos, mas esta inflação tem uma natureza sazonal e logo, principalmente os preços dos hortifrúteis, deverá cair.

Mesmo com a situação relativamente confortável na economia, as últimas rodadas das pesquisas de opinião mostraram uma queda da avaliação positiva do

governo e uma alta da avaliação negativa. Na contramão, as pesquisas mostraram uma alta da avaliação positiva do STF e do Congresso e uma queda na avaliação negativa.

O governo e as esquerdas em geral parecem não ter compreendido a natureza da política na era digital. Boa parte do chumbo que o bolsonarismo atira contra o governo nas redes é oferecido pelo próprio governo, seja por afirmações disparatadas de alguns de seus integrantes, seja por crises desnecessárias como a da Petrobras. Alguns integrantes do governo e do PT parecem não compreender como funciona o mercado de ações nem a sua importância para as empresas. Chegam a acusar aqueles que investem em ações de especuladores. A espuma criada na crise da Petrobras impediu que o governo se beneficiasse dos dividendos extraordinários gerados pela empresa.

Boa parte dos ministros parece enfrentar uma crise de apatia, de imobilismo e de incapacidade de ação e inovação. Com a saída de Flávio Dino para o STF, o governo ficou sem uma voz política. Enquanto o STF e o Congresso movimentam a atividade e o noticiário, no governo há uma pasmaceira. A falta de ação e de irradiação de projetos e temas desmobiliza e desengaja a militância nas redes e no debate social. O que se observa é um bolsonarismo ativo nas redes e uma esquerda desengajada. O governo não consegue agir como centro de irradiação e de mobilização política nas redes e na vida social.

O resultado é que o governo perde terreno na disputa de hegemonia. O conceito de hegemonia é polissêmico. Em regra, a hegemonia consiste na capacidade de um governo ou partido conferir direção e sentido à sociedade ou a agru-

pamentos sociais determinados. A hegemonia, sempre parcial nas sociedades democráticas, é construída por diferentes atividades e diferentes meios. O líder precisa ter as capacidades morais e de comando para manejar os meios e os indivíduos que lidera.

A hegemonia exercida por um governo assenta-se nas condições materiais que o governo garante aos grupos hegemônicos, do seu poder de compra ao fornecimento de serviços satisfatórios nos campos da saúde, educação e segurança, entre outros. Para que essas concessões surtam efeito, precisam, no entanto, ser amalgamadas pela ideologia, pela política, pelos valores morais, pela cultura e pela religião. Sem esse amálgama, as concessões materiais produzem efeito de baixa intensidade no ativismo e no engajamento em favor do governo. O governo perdeu capacidade de promover disputas políticas, ideológicas, culturais e morais.

Outro aspecto da hegemonia consiste em que ela tem de se estruturar em organizações da sociedade civil. Com as igrejas evangélicas, a extrema-direita ganha consistência e capacidade de expansão. As igrejas evangélicas tornaram-se a base social organizada no território e ativa na vida social.

Para sair dessa crise, o governo precisa recompor-se politicamente, recuperando a capacidade de ser um centro de difusão política, programática e de ideias e valores. Uma reforma ministerial é necessária. Caso contrário, perderá a capacidade de atração. Setores políticos do Congresso poderão deslocar-se para o campo que lhes é hostil. Os prejuízos poderão ser grandes nas eleições municipais deste ano e poderão tornar difícil o caminho para 2026. •

alfornazieri@gmail.com

Acolher quem acolhe

POLÍTICAS PÚBLICAS O governo e o Congresso discutem formas de regulamentar a economia do cuidado

POR FABIÓLA MENDONÇA

Adiarista Maria Solange, de 36 anos, pediu demissão do emprego para cuidar dos dois filhos pequenos, diagnosticados com doenças crônicas. Pela manhã, fazia faxina em condomínios no balneário de Porto de Galinhas, no litoral pernambucano, uma forma de complementar o salário do emprego fixo num centro comercial, onde precisava dar expediente à tarde e à noite. “Eu estava ficando sem tempo para meus filhos e isso estava me pesando muito na consciência. Já não tinham o pai na vida deles e ficar sem a mãe também estava me preocupando, eu vi que eles estavam precisando de mim. Mesmo assim, ainda lutei para segurar os dois trabalhos para que não faltasse nada para eles”, conta a diarista, que se sentiu forçada a escolher entre continuar nos dois empregos ou cuidar das crianças. “A falta do pai na vida deles me fez sair do emprego fixo. Eu sou mãe, sou pai, sou a responsável por eles. Fiquei só com os condomínios, porque posso conciliar os meus horários e dar atenção aos meus filhos, levá-los ao médico.” Solange também conta com o apoio da mãe no cuidado das crianças.

Assim como a diarista, outros 47,5 milhões de brasileiros, dos quais 75%

são mulheres, estão invisibilizados na chamada economia do cuidado, um nicho do mundo do trabalho que chega a gerar 11% do PIB nacional, mas que não é valorizado nem recompensado com políticas públicas à altura. “Globalmente, as mulheres geram 10 trilhões de dólares com a economia do cuidado e, mesmo assim, o nosso valor de mercado, nossa entrega para a sociedade, não é reconhecido. Por isso esse ciclo de feminização da pobreza”, destacou Nina Lima, da ONG Thing Olga, durante seminário sobre economia do cuidado, realizado na terça-feira 9 na Câmara dos Deputados. “Mesmo o Ministério do Trabalho não reconhece o serviço doméstico, diz que não produz lucro a quem nos emprega. Isso é uma coisa absurda. O tempo que gastamos realizando as tarefas domésticas não é contabilizado como um ganho econômico, mas a gente sabe que é”, queixa-se Luíza

Mais de 47,5 milhões de trabalhadores, 75% de mulheres, têm pouca ou nenhuma proteção social





Amparo. Estima-se que as atividades invisibilizadas representem 11% do Produto Interno brasileiro

Batista, da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas.

Além de majoritariamente feminino, o trabalho do cuidado é negro (55%), segundo dados do IBGE, que também aferiu o tempo gasto pelo serviço: enquanto as mulheres dedicam mais de 21 horas semanais ao trabalho do cuidado, os homens usam apenas 11,7 horas do seu tempo por semana. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, 76% não são remunerados. “Por ser realizado dentro de uma residência, esse trabalho é invisibilizado”, avalia Batista. O debate da economia do cuidado ainda é incipiente no Brasil, embora esteja bem avançado em outros países que têm uma política de bem-estar social consolidada, casos de França e Holanda, e até em países da América Latina, como o México e a Argentina. O Seminário realizado pela Câmara foi a primeira atividade do Grupo de Trabalho criado no Legislativo para discutir uma política nacional do cuidado, coincidindo com uma iniciativa em andamento também no governo Lula, e que envolve 17 ministérios, o IBGE, o Ipea e a Fundação Fiocruz.

Mais de 120 projetos sobre o tema tramitam no Congresso, alguns há mais de uma década, entre eles uma proposta da deputada Luiziane Lins, do PT cearense. A matéria estabelece a inclusão da economia do cuidado no Sistema de Contas Nacionais, para aferição do desenvolvimento econômico e social do País, no sentido de auxiliar a definição e implementação de políticas públicas. “A economia do cuidado é muito ampla, envolve o que é feito no mercado de trabalho e fora dele. Nosso PL sugere pesquisar e

Seu País

medir o uso do tempo dedicado ao trabalho de cuidado não remunerado, realizado principalmente por mulheres. É fundamental reconhecer o cuidado como trabalho e direitos, para isso é preciso valorizar e remunerar dignamente quem realiza para promover a equidade e garantir autonomia, independência e qualidade de vida a todas e todos, seja quem realiza o cuidado e quem dele necessita”, defende a parlamentar.

Durante o seminário na Câmara, a deputada Sâmia Bomfim, relatora do GT, solicitou às respectivas comissões que colocassem em pauta os projetos parados. “O primeiro passo é tirar esse tema da invisibilidade, que passe a ter um reconhecimento da sociedade e do Estado. O trabalho do cuidado existe, nem sempre é remunerado e, nos casos em que é, ou seja, quando as famílias conseguem contratar alguém ou terceirizar, é mal remunerado. A maioria das trabalhadoras domésticas e cuidadoras ainda está em condição irregular. É preciso que o Estado se responsabilize como organizador desse debate e passe a pensar políticas públicas que envolvam esse tema”, defende a psiquiatra, que pretende até agosto concluir um relatório preliminar. Para a parlamentar, instituir uma política do cuidado, além de valorizar o trabalho invisibilizado, tende a contribuir com a economia do País. “Nos países em que isso foi instituído, observou-se que a economia do cuidado corresponde de 20% a 30% do PIB. O cuidado tem muito a contribuir com a produção, com o desenvolvimento econômico.”

Uma das palestrantes no seminário da Câmara, Laís Abramo, secretária nacional de Cuidado e Família do Ministério de Desenvolvimento Social, reforçou a função da economia do cuidado na reprodução social e do capital e o quão desproporcional é esse trabalho quando comparado à divisão do trabalho entre homens e mulheres. “O cuidado é um bem público, sem o qual a força de traba-



lho não se reproduz, a economia, as instituições e as sociedades não funcionam. É preciso transformar a atual organização social dos cuidados no Brasil, que é injusta, desigual e insustentável, uma vez que coloca sobre as mulheres a responsabilidade principal, quando não exclusiva.” O grupo de trabalho criado há pouco mais de um ano pelo governo Lula para discutir o tema deve entregar ao presidente, até o meio do ano, uma primeira versão do Plano Nacional da Economia do Cuidado, com políticas públicas para atender tanto os cuidadores quanto quem é cuidado, além de apontar responsabilidades das empresas nesse debate.

“Para se ter a reprodução da vida humana, a gente precisa de uma política pú-

Adotar políticas públicas para o setor impulsiona o PIB de modo geral

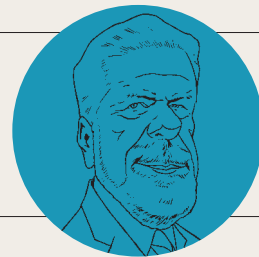
Esforço. A deputada Sâmia Bomfim coordena o grupo de trabalho na Câmara criado para propor políticas públicas

blica do cuidado de qualidade e universal e que as pessoas que trabalham com cuidado tenham condições dignas para exercer a sua profissão, a maioria mulheres. Enquanto a gente não compartilhar essa tarefa, as mulheres nunca vão conseguir sair desse espaço. Por isso a necessidade de construir políticas em que o Estado assuma o seu papel. A gente precisa valorizar essas trabalhadoras não somente economicamente, mas também socialmente”, explica Rosane da Silva, secretária nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados do Ministério das Mulheres. A secretária cita como algumas das políticas públicas que devem constar no plano a regulamentação e a valorização das profissões inseridas no tema, como empregadas domésticas, babás, cuidadoras e até as chamadas donas de casa que não têm remuneração pelo trabalho doméstico que executam em casa e que, portanto, estão à margem do mercado de trabalho formal.

Devem ainda constar na proposta do governo a remuneração e a situação previdenciária desses trabalhadores, a criação de espaços públicos que diminuam a sobrecarga do trabalho doméstico, como lavanderias e cozinhas coletivas e mais creches, além de impor ao setor empresarial parte da responsabilidade. “Em torno de 30% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. Então, o nosso salário é tão fundamental, ou tão provedor, quanto o salário de um homem em qualquer família. Não ter política de contratação de mulheres chefes de família mostra o quanto as empresas estão atrasadas nesse debate”, salienta Rosane da Silva, defensora de uma política de extensão da licença-maternidade e paternidade e da oferta pelas empresas de acesso a creches aos trabalhadores. •

JAQUES WAGNER

Líder do governo no Senado, foi governador da Bahia e ministro do Trabalho, da Defesa e da Casa Civil



Responsabilidade coletiva

► Garantir um orçamento público equilibrado não é obrigação apenas do governo federal, mas também do Legislativo

Não há um único lugar no mundo democrático em que a sociedade se mantenha sem arrecadação de impostos para garantir a prestação de serviços públicos. Os problemas costumam aparecer quando as despesas ficam maiores que as receitas. O orçamento público ideal, assim como acontece dentro das nossas casas, é aquele em que entra mais dinheiro do que sai, e o que sobra pode ir para uma poupança ou ser investido em alguma necessidade ou vontade coletiva da família.

No entanto, por um imprevisto qualquer, despesas inesperadas podem aparecer e toda a família precisará se virar para resolver o problema. Nesse momento, se alguém decide extrapolar e gastar ainda mais, a dívida familiar aumentará e a renda ficará ainda mais comprometida. Dentro dessa situação hipotética, a conclusão é óbvia: a responsabilidade pela saúde financeira da família sempre será coletiva.

A mesma lógica deve ser aplicada ao Orçamento da União. Com Lula, vivemos um momento de reconstrução da rede de proteção social e de retomada do crescimento após um período nebuloso de retrocessos em todas as áreas. Com a correção de rumo da política econômica, o governo vem conseguindo resultados expressivos: inflação sob controle, geração de empregos, aumento da renda média, PIB em alta, maior produção industrial e queda dos ju-

ros, só para citar os principais indicadores.

Os dados positivos são animadores não apenas para o governo, mas para a sociedade como um todo. O fato de os indicadores revelarem que o País está no caminho certo não significa, porém, que podemos baixar a guarda. É preciso manter a luz de alerta sempre acesa.

Ainda estamos lutando para garantir o equilíbrio das contas públicas, que já começam a sentir os efeitos favoráveis após o produtivo trabalho do ano passado, quando a articulação permanente entre Executivo e Legislativo viabilizou o debate, a aprovação e a transformação em lei de várias iniciativas que mudaram o perfil da economia brasileira. Esse processo teve início ainda antes da posse do presidente Lula, quando aprovamos no Congresso a PEC da Transição, resultado de um convencimento coletivo, reunindo a maioria dos partidos, de que era essencial garantir recursos para o País não entrar em colapso em 2023.

Ao mesmo tempo, foi fixado um prazo legal para que o governo apresentasse ao Congresso a proposta de uma nova regra fiscal. O texto foi apresentado, discutido, ajustado e, finalmente, aprovado. O arcaico e inexequível “teto de gastos” saiu de cena para dar lugar a um sistema moderno, a combinar responsabilidade fiscal com responsabilidade social.

Em seguida, Senado e Câmara deitaram os olhos sobre a reforma tributária. O feito, nesse caso, foi inédito por ter sido a primeira mudança no sistema em período democrático, superando divergências que remontam 40 anos de tentativas. Com um período de transição de até dez anos, as regras sobre a tributação de produtos e serviços ficaram mais simples e justas, em especial na divisão dos

impostos arrecadados entre os entes federados – estados, municípios e União – com a adoção do sistema IVA, o Imposto sobre Valor Agregado.

Tivemos avanços ainda na cobrança de impostos de bens de luxo como lanchas e aeronaves, de um lado, e na isenção de impostos sobre produtos da cesta básica e sobre a renda de quem ganha até dois salários mínimos. Foi o início de um processo de justiça tributária para fazer quem ganha mais pagar mais, e quem ganha menos pagar menos ou nada.

Outra importante conquista foi o resgate do voto de desempate para o governo nas decisões do Carf sobre a dívida de grandes empresas e a taxa de grandes fortunas em fundos exclusivos e *offshores*. Temos ainda desafios imediatos, como a regulamentação da reforma tributária, que espero que possa ser discutida e votada ainda neste primeiro semestre. Mas o fato é que o Brasil está com a faca e o queijo na mão para subir alguns degraus em direção a um crescimento econômico consistente e sustentável.

Se é verdade que o governo deve à sociedade uma escolha criteriosa de políticas públicas para aplicar recursos arrecadados do imposto pago pelo cidadão, também é verdade que o Legislativo tem, por simetria, a responsabilidade de ponderar e evitar a aprovação de medidas com potencial para minar qualquer chance de recuperação da nossa economia.

Temos confiança no processo de diálogo estabelecido desde o início do governo Lula. Que tenhamos a sabedoria de continuar na trajetória de encontrar caminhos e soluções para permitir que o nosso país atinja um novo patamar de desenvolvimento, beneficiando a todos os brasileiros e brasileiras, sem exceção. •

sen.jaqueswagner@senado.leg.br

Cobertor curto

FUNCIONALISMO Onda grevista alastra-se pelo serviço público federal, mas o governo tem margem estreita para repor as perdas salariais dos últimos anos

POR MARIANA SERAFINI

Faltando poucas semanas para o 1º de Maio, o Dia Internacional dos Trabalhadores, uma onda de servidores públicos mobilizados espalha-se Brasil afora. Os primeiros a parar foram os técnicos-administrativos de universidades e institutos federais, que completaram um mês de greve em 11 de abril, com 62 das 69 instituições paralisadas. “Esta já é considerada a maior paralisação da história da categoria”, afirma Loiva Chansis, coordenadora-geral da Fasubra, federação de sindicatos que os representa. Eles reivindicam recomposição salarial e revisão da carreira. Alegam que, sem reajustes nos últimos anos, as perdas salariais já representam de 23% a 60% em diferentes setores. O governo Lula ofereceu, porém, apenas 9% de recomposição, metade do percentual em 2025 e o restante em 2026.

Somam-se aos técnicos-administrativos, os professores dos institutos federais de educação básica, profissional, científica e tecnológica. Ao todo, 436 unidades da rede, em 23 estados, estão sem aulas. Parte dos funcionários dos Correios também declarou estado de greve. Os trabalhadores da área ambiental fazem operação-padrão. Auditores fiscais, funcionários do Banco Central, agentes da Abin... A lista de categorias mobilizadas por reajustes salariais no ser-

viço público federal não para de crescer.

Os servidores reivindicam reajustes repressados há anos. Durante as gestões Temer e Bolsonaro, esboçaram algumas mobilizações, mas logo perceberam que não havia espaço para o diálogo. Com a chegada de Lula ao poder, nutriam a expectativa de correção da defasagem dos salários. Diversas mesas de negociação foram abertas já em fevereiro de 2023, mas os sindicatos se decepcionaram com as propostas oferecidas pelo governo, a alegar uma estre-



Dweck conta com a liberação de novos recursos para contemplar as categorias mais defasadas



ta margem de manobra para conceder reajustes sem desprestigiar a nova regra fiscal nem sacrificar investimentos em programas sociais e obras estratégicas de infraestrutura. “Passamos um ano negociando, mas sem respostas efetivas. Neste momento, entendemos que não resta outra alternativa a não ser a greve”, avalia Gustavo Seferian, presidente da Andes, que representa professores do ensino superior.

De acordo com a ministra de Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, as negociações nunca pararam, mas o orçamento não permite a recomposição exigida pelos servidores. “Não se trata só da limitação da regra fiscal atual. Em qualquer governo existe uma disputa pelo orçamento, e estamos puxando esse debate pelo lado social”, alega. Como o reajuste não ocorre há muitos anos, já de largada, no início do governo, foi concedida a recomposição de 9%, dividida em duas parcelas de 4,5%, para todos os servido-



O passivo vem das gestões Temer e Bolsonaro, que se recusaram a negociar

res. Dweck explica que isto representou 4,5 bilhões de reais a mais na folha de pagamento e impactou no orçamento deste ano. Também por isso a margem de negociação está mais estreita.

Para atenuar o problema, a pasta apostou no aumento dos valores dos benefícios. Para 2024, foi oferecido aos servidores federais um aumento de 51,9% no auxílio-alimentação e de 51% no auxílio-saúde. Já o auxílio-creche subirá de 321 para quase 485 reais. Essas concessões representam um impacto de 3 bilhões de reais na folha. “A gente sabe que isso não é um aumento de salário, ninguém está confundindo benefício com remuneração”, enfatiza Dweck. “Mas é o que pode ser feito no momento.”

Os servidores não cobram apenas recomposição salarial, mas também melhores condições de trabalho. No caso dos Correios, para citar um exemplo, a empresa foi preparada para ser privatizada durante o governo Bolsonaro e, agora,

os trabalhadores colhem o fruto amargo do sucateamento. “Por falta de segurança, passaram a ocorrer assaltos nas agências. Muitos carteiros adoecem pelo calor excessivo na entrega postal matutina. Há uma série de problemas que tem prejudicado o nosso trabalho”, revela José Gandara, presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios, que representa parte da categoria.

Segundo o dirigente, a empresa não realiza concurso público desde 2011 e, de lá para cá, mais de 42 mil funcionários se aposentaram ou saíram. “Antes, éramos 128 mil empregados. Agora, somos 86 mil. A sobrecarga de trabalho é absurda.” A categoria é dividida em duas entidades representativas. Ambas aceitaram a proposta do governo de voltar a pagar 30% de adicional de periculosidade para os carteiros motofretistas a partir deste ano. Mas a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares decidiu manter o

estado de greve até que as demais reivindicações sejam atendidas. “Podemos entrar em greve a qualquer momento”, afirma o secretário-geral, Emerson Marinho.

No caso dos trabalhadores do Ibama e do ICMBio, a segurança no trabalho e o adicional de periculosidade figuram, ao lado da recomposição salarial, entre as principais reivindicações. O presidente da Ascema, que representa os especialistas em meio ambiente, lembra que o crime organizado se embrenhou nas florestas nos últimos anos. Agora, a logística do tráfico internacional de animais, da extração ilegal de madeira e do garimpo de ouro e minérios passou para outro nível, equiparado ao tráfico internacional de drogas e armas. “No território Yanomâmi, tivemos mais de dez equipes atacadas por criminosos com armas de alto calibre. Várias viaturas e sedes dos órgãos foram queimadas nos últimos anos, além de carros alvejados por tiros”, lamenta Cleberson Carneiro Zavaski.

O cenário de guerra faz com que a categoria tenha um dos maiores índices de evasão do funcionalismo público. No Ibama, a evasão está acima de 20%. No ICMBio, chega a quase 30%, revela o dirigente. A operação-padrão dos servidores tem afetado as obras do PAC, que precisam de licença ambiental. “Estão praticamente todas paradas”, diz Zavaski.

Das mesas em negociação, dez já chegaram a acordos, e outras oito estão em andamento. Dweck garante que ainda há chance de melhorar algumas propostas, porque o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pactuou com o Congresso que, se o governo cumprir a meta fiscal e a receita for suficiente, pode haver um crescimento da despesa da ordem de 15 bilhões de reais. “Parte desses recursos será destinada a reajustes para os servidores este ano. Agora, estamos discutindo um espaço um pouco maior, principalmente para as categorias mais defasadas.” •

Entre amigos

JUSTIÇA A patota paranaense adia o destino do senador Moro, que tem encontro marcado com o TSE

POR RENÉ RUSCHEL

O longo julgamento no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, que se arrastou por quatro sessões, passa a impressão de uma meticolosa análise dos autos do processo, mas o desfecho não surpreendeu ninguém. Jogando em casa, o senador Sérgio Moro foi absolvido nas ações que pediam a cassação do seu mandato por abuso do poder econômico, caixa 2 e uso indevido dos meios de comunicação nas eleições de 2022. Logo após a confirmação do resultado, pelo folgado placar de 5 votos a 2, o ex-juiz correu para as redes sociais para enaltecer a Corte paranaense, apresentada como “um farol para a independência da magistratura”.

Moro gostaria que esse “farol” iluminasse as mentes dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral, que darão a palavra final sobre o seu destino político, mas parece não confiar muito nessa possibilidade. Não por acaso, sua esposa, a deputada Rosângela Moro, transferiu seu domicílio eleitoral de São Paulo para o Paraná. Precavida, planeja disputar a vaga do marido na eleição suplementar a ser convocada caso os magistrados de Brasília se esquivem das luzes emanadas de Curitiba. Se os eleitores permitirem, a cadeia no Senado pode até mudar de dono, mas se manterá na família.

Esse não é o único indício da des-

crença de Moro na salvação do próprio mandato. Com o julgamento ainda em curso no TRE do Paraná, o ex-juiz submeteu-se a uma constrangedora cerimônia de beija-mão no gabinete do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. A reunião convocada pelo senador visava “quebrar o gelo” com o magistrado, que se tornou um crítico ferrenho dos métodos lavajatistas, sobretudo após descobrir, nos diálogos interceptados por um *hacker* e revelados pela Operação Spoofing, que os procuradores da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba estavam no encalço dos “amigos do Gilmar”, talvez com o intuito de constrangê-lo a não revogar controversas decisões da primeira instância.

Moro acreditava que o ministro poderia interceder em seu favor junto aos seus pares no TSE, mas foi humilhado, segundo relatos do encontro vazados à mídia. “Você e o Dallagnol roubavam galinha

juntos. Não diga que não, Sérgio”, teria dito Mendes, antes de aconselhá-lo a retornar (ou adquirir) o hábito da leitura. “Você faltou muito às aulas Sérgio. Aproveite que está no Senado, estude um pouco. A biblioteca da Casa é ótima.”

Até a conclusão desta reportagem, o insólito diálogo não havia sido desmentido. Ao contrário, o ex-deputado Deltan Dallagnol sentiu o golpe e resolveu tirar satisfações nas redes sociais: “Gilmar Mendes, mais uma vez você me ataca, dizendo que eu roubava galinhas. Tem coragem de fazer isso frente a frente, ministro?” Teve com Moro, mas este permaneceu em obsequioso silêncio. Talvez por encarar o espelho e enxergar as feições do amigo Dallagnol, absolvido por unanimidade no tribunal paranaense, mas depois cassado pelo TSE por burlar a Lei da Ficha Limpa. Logo ela, tão defendida pelos lavajatistas como um eficaz antídoto contra a corrupção.

No TRE do Paraná, os argumentos para livrar Moro do cadafalso foram curiosos. O principal ponto da acusação é que o ex-juiz se beneficiou da pré-campanha à Presidência da República pelo Podemos, na qual teria torrado ao menos 2 milhões de reais do Fundo Partidário, antes de mudar de planos e se candidatar ao Senado pelo União Brasil do Paraná. Os vultosos gastos do presidencial e a supereposição à mídia o colocaram em situação de vantagem em relação aos demais candidatos na disputa local, argumentam os advogados do PL e da Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV), autores das ações que pediam a cassação do mandato do senador. Luciano Carrasco Falavinha Souza, o relator do processo, entendeu, porém, que os acusadores não apresentaram “dados empíricos assimiláveis”, ou seja, “quais foram as despesas de seus pré-candidatos para se aferir se, em comparação com os gastos dos investiga-

Mulher precavida, Rosângela Moro tratou de mudar o seu domicílio eleitoral para tentar reaver a vaga do marido



Ela tá de olho na
boutique dele

dos, esses seriam excessivos”. Sem saber quanto cada candidato gastou, sustenta Falavinha, seria impossível concluir que houve desequilíbrio na disputa.

O desembargador abstraiu do passivo pré-eleitoral de Moro 560 mil reais gastos com jatinhos em menos de 30 dias, entre julho e agosto de 2022, e outros 535 mil reais pagos para a escolta armada do candidato. “Segurança não possui aptidão para fomentar candidaturas ou atrair votos, pode até mesmo representar obstáculo à aproximação com o eleitorado”, avaliou Falavinha. O voto do relator foi acompanhado por Cláudia Cristina Cristofani, fotografada ao lado de Moro em uma longínqua festa de confraternização, e pelos desembargadores Guilherme Frederico Fernandes Denz, Anderson Fogaça

e Sigurd Roberto Bengtsson, este último presidente do TRE. Apenas José Rodrigo Sade e Júlio Jacob Júnior divergiram.

Sade observou que as elevadas despesas com segurança privada, jatinhos, consultorias e outros prestadores de serviços durante a pré-campanha geraram um evidente desequilíbrio na disputa. “Não se trata de garimpar os autos em busca do valor exato investido na pré-campanha, mas de pontuar que houve excessos de forma clara, comprovada, contumaz. Gastou muito mais que os candidatos que disputaram com ele a vaga única ao Senado.” Em seu voto de quase três horas, Jacob Júnior observou que Moro fez uso “indistinto e desmedido” de recursos públicos do Fundo Partidário e que o tal pla-

no do PCC para assassinar Moro não poderia servir de justificativa para a dinheirama despejada em escolta armada, pois a ameaça só foi revelada em março de 2023, cinco meses após as eleições.

Na avaliação do advogado e professor de Direito Eleitoral Renato Ribeiro de Almeida, mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo, caberá ao TSE balizar melhor o que é considerado um gasto excessivo na pré-campanha, de forma a evitar a repetição de situações como essa nos próximos pleitos. “Esse processo vai além da eleição do senador Sérgio Moro e, certamente, terá um efeito pedagógico importantíssimo no Brasil.” •

Assim caminha a humanidade

PRECONCEITO Em campo, as artimanhas do capitalismo para ocultar as iniquidades do racismo

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO

No tropel de mensagens que invadem meu WhatsApp sofri a trombada do antirracismo racista da Nega Agridoce. Ela fica muito triste quando vê um negão ou negrona torcendo pro Palmeiras.

Essa manifestação desvela a apropriação da consciência da Nega Agridoce pelo racismo que ela supostamente se empenha em amaldiçoar. Imagino que a senhora Agridoce buscasse fazer uma increpação de racismo ao clube dos “italianinhos”.

Atribuir ao clube dos “italianinhos” o propósito de discriminar os negrões e as negronas carrega em seu embornal de significados a duplicação do preconceito racista. Os malditos italianinhos não merecem o afeto dos negrões e negronas.

Na conquista do tricampeonato paulista, enquanto os jogadores e dirigentes celebravam, fiquei atento à entrevista dos pais do Endrick, Cíntia e Douglas. Eles se emocionaram ao relatar a trajetória do filho, acolhido pelo Palmeiras desde os 11 anos de idade. Agradece-

ram ao clube que abrigou o menino, agora encaminhado para jogar no Real Madrid.

Ao entrevistar os pais do jovem atleta, o jornalista apresentou “dona” Cíntia e “seu” Douglas, duas figuras tão humanas quanto quaisquer outras.

Reafirmo a palavra humanas porque ela dissolve em sua força os significados desatinados das expressões “negrões e negronas”. Vou arriscar algumas despretensiosas linhas para tratar da emergência do eugenismo racial no século XIX, período dos movimentos de derrubada da escravidão nas Américas.

Faz-se necessário afirmar as íntimas

relações entre o avanço do capitalismo e o importante papel desempenhado pelas colônias que abrigavam o trabalho escravo.

Eric Williams, no livro *Capitalismo e Escravidão*, esclarece o papel do tráfico negreiro na formação e prosperidade do arranjo mercantil-manufatureiro que se intensifica nos séculos XVII e XVIII no pródromos da Revolução Industrial.

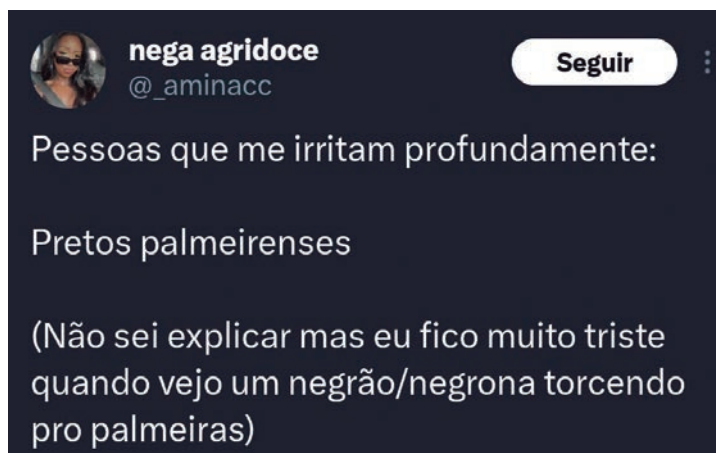
Diz Eric Williams que o tráfico de escravos era mais que um meio para um fim, era também um fim em si mesmo. “Os traficantes de escravos britânicos forneciam os trabalhadores necessários não apenas para suas próprias plantações, mas para as de seus rivais... A Espanha sempre foi, até o século XIX, dependente de estrangeiros para seus escravos... por falta de capital e dos bens necessários para o tráfico de escravos.”

É pouco divulgada a troca de cartas entre Karl Marx e Abraham Lincoln durante a Guerra de Secessão americana. Em resposta a uma carta escrita por Marx em nome da Associação Internacional de Trabalhadores, Lincoln agradeceu as considerações libertárias e respondeu:

“As nações não existem apenas para si mesmas, mas para promover o bem-estar e a felicidade da humanidade por meio de

relações benevolentes e exemplos. É nessa relação que os Estados Unidos consideram sua causa no atual conflito com os insurgentes escravistas como a causa da natureza humana, e eles derivam novo encorajamento para perseverar a partir do testemunho dos trabalhadores da Europa de que a atitude nacional é favorecida com sua aprovação esclarecida e sinceras simpatias”.

Na posteridade das empreitadas e políticas de ex-



Antirracismo-racista. A apropriação da consciência pelo racismo



Peça-chave. Williams esclarece o papel do tráfico negreiro na formação do arranjo mercantil-manufatureiro acelerado na véspera da Revolução Industrial

Trópicos: a Recepção e a Interpretação dos Pensamentos Raciais no Brasil e no Haiti (1880-1930) páginas esclarecedoras a respeito da consolidação do racismo nos dois países tropicais.

Gobineau estava firmemente convencido da existência de uma linhagem socio-biológica superior da qual ele mesmo acreditava ter vindo, isto é, a aristocracia. Dessa forma, opôs-se à democracia por medo de ver abalada a ordem a que queria pertencer... Gobineau associa sua tese do declínio das civilizações às condições e dinâmicas étnicas das populações em questão. Acima de tudo, condenava a miscigenação porque, segundo ele, o cruzamento entre duas raças diferentes, supostamente puras, levaria a uma espécie de degeneração da qual as “qualidades puras” acabariam por desaparecer com a intensificação da miscigenação em nível mundial. Segundo Gobineau, esses povos pereceriam para ser degenerados. De acordo com sua previsão, toda a humanidade desapareceria, portanto, pela única causa da miscigenação... Com Gobineau, o racismo pseudocientífico tornou-se a base para uma nova tendência na história das ideias no século XIX. A filosofia da história de Gobineau tornou-o ao mesmo tempo adulado e aclamado.

As citações apresentadas no texto me incitam a considerar as raízes históricas e sociais do conceito de raça. Ao longo da evolução da Modernidade Capitalista, esse conceito busca sua confirmação nos recônditos do determinismo biológico. O racismo nasce, portanto, nas dobradiças das formas constitutivas do capitalismo em seu mister de esconder a desigualdade sob o manto “cientificista” tecido pela Razão Iluminista. •

tinção dos regimes escravocratas, intensifica-se o debate em torno da igualdade racial e surgem as teorias eugenistas que afirmam a inferioridade genética das raças de origem não europeia.

Arthur de Gobineau escreveu palavras contundentes no *Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas*. Ele dispara contra os chamados Unitários, os que defendem a igualdade racial. “Os Unitários afirmam que a separação das raças é aparente, e apenas resultado de circunstâncias locais como as que vivemos atualmente, ou a desvios acidentais de conformação no membro original de um ramo. Toda a humanidade é, para eles, acessível à mesma perfeição; em todos os lugares o tipo original comum, mais ou menos velado, per-

siste com igual força, e o Negro, o selvagem americano, o Tungúsico do norte da Sibéria pode e deve, sob a influência de uma educação semelhante, conseguir rivalizar com o europeu na beleza da forma. Esta teoria é inadmissível... A fisionomia marcada dos habitantes da Auvérnia, especialmente das mulheres, está muito mais distante do caráter comum das nações europeias do que a de várias tribos indígenas da América do Norte. Assim, desde que, sob climas distantes e diferentes, e sob condições de vida tão díspares, a natureza possa produzir tipos que se assemelham uns aos outros, é bastante evidente que não são os agentes externos que agora agem que impõem seus caracteres aos tipos humanos.”

O haitiano Mackendy Souverain escreveu no livro *Arthur de Gobineau nos*



Cai não cai

PETROBRAS Balançando no comando da companhia, Jean Paul Prates terá de lutar para reconquistar a confiança de Lula

POR CARLOS DRUMMOND



Cobrança. O ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o presidente Lula não abrem mão de robustos investimentos para recuperar a capacidade produtiva da empresa

A demissão do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, antes tida como certa, parecia ter entrado em compasso de espera na terça-feira 9, enquanto circulava a informação de que se teria chegado a uma solução de compromisso para pôr fim à disputa pelos 43,9 bilhões de reais em dividendos extraordinários anunciados pela estatal há um mês. Nos termos ainda não confirmados de uma deliberação que envolveu os ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, da Casa Civil, Rui Costa, e da Fazenda, Fernando Haddad, mas excluiu Prates, metade da bolada seria distribuída aos acionistas e o restante direcionado a investimentos da companhia, destinados a recuperar sua capacidade produtiva dinamitada nos governos Temer e Bolsonaro.

Cabe destacar que o acordo espelha a posição defendida em março pelo próprio Prates, de distribuição de metade dos dividendos extraordinários aos acionistas,

mas o Conselho de Administração, com maioria composta de integrantes ligados a Silveira, decidiu naquele momento não fazer nenhum repasse aos detentores de ações. Na sexta-feira 4, Prates não participou das reuniões do colegiado e da diretoria e procurou contato direto com Lula, que não o atendeu. Após a tentativa frustrada, passou a fazer divulgações em massa das próprias realizações à frente da empresa. Lula também deixou claro, segundo o noticiário, não ter gostado da iniciativa do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, até então o principal nome cogitado para substituir Prates,

A distribuição de dividendos era o foco das gestões anteriores, não do atual governo

de procurar diretamente o presidente da Petrobras, sem antes consultá-lo.

O pacote incluiria o compromisso, por parte da Petrobras, de pagamento de 20 bilhões de reais para pôr fim a uma disputa tributária relacionada a contratos de afretamento de plataformas de petróleo no valor total de 55,2 bilhões. Essa receita mais que compensa a redução da parte dos dividendos extraordinários que caberia à União, de 12 bilhões de reais no caso de distribuição integral aos acionistas, para 6 bilhões, nos termos do acordo que teria sido firmado. Com um representante da Fazenda no Conselho de Administração da Petrobras, indicado em plena crise, e esse recolhimento muito importante dentro da estratégia de recuperação de receitas, Haddad parece ser o grande vencedor do conflito em torno da distribuição dos dividendos extraordinários, que ajudou a arbitrar.

Prates só não caiu, ao que tudo indica, porque se espera que passe a cuidar do aumento dos investimentos da petroleira com a mesma dedicação demonstrada no atendimento aos interesses privados dos minoritários, traduzida na maior distribuição de dividendos da história da empresa, realizada no primeiro ano da sua gestão.

A discussão no âmbito do governo, representante do acionista controlador, acerca do destino dos dividendos faz parte das atividades de uma empresa estatal de economia mista, mas a união de acionistas minoritários, sistema financeiro e mídia transformou o que deveria ser rotineiro em uma convulsão de informações, alimentada também pelo bate-boca diário de Prates e Silveira em torno de competências sobre a questão.

Há quem diga que Silveira faz barulho para desviar atenção da profunda crise do setor elétrico, sob a responsabilidade do seu ministério. Ele pediu à Aneel

a interrupção do contrato da concessionária Enel, responsável por incontáveis apagões em São Paulo e outras cidades. Na terça-feira 10, fez declarações reconciliatórias em relação a Prates.

O tumulto em torno da Petrobras, com oscilações diárias na cotação da empresa na Bolsa de Valores, ocorre a menos de duas semanas da eleição do novo Conselho de Administração, marcada para 25 de abril, e em meio à alta do petróleo. Nessa data, deverá ser formalizado o acordo de distribuição meio a meio dos dividendos extraordinários, entre remuneração de acionistas e investimentos na companhia.

Prestigiado pelo mercado financeiro, que está muito bem representado no corpo acionário da Petrobras e é o prin-

cipal interessado em receber a totalidade dos dividendos extraordinários, Prates é apoiado também pela Federação Única dos Petroleiros, mas teve sua indicação ao cargo vetada pela Associação de Engenheiros da Petrobras, em 2022, devido às suas ligações com o sistema financeiro.

A pedido desta revista, o diretor-técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Mahatma Santos, apontou os pontos positivos e os aspectos negativos da gestão de Prates à frente da petroleira. O ponto de partida, diz Santos, é o fato de a atual gestão ter herdado uma empresa devastada pelos seis anos dos governos Temer e Bolsonaro, com a venda acelerada de ativos estratégicos, que reduziram seu cará-

ter vertical de empresa integrada, e a redução sistemática do volume de investimentos da companhia, com danos ao setor energético e ao conjunto da economia.

Quando a atual gestão assumiu, o plano de negócios estava orientado para um único objetivo, a distribuição de dividendos para os acionistas. A sustentabilidade operacional e financeira e o interesse público, que inclui a segurança energética, o fornecimento, venda e comercialização de derivados de petróleo a preços acessíveis para a população, não faziam parte dos objetivos. Isso foi feito em nome de uma suposta resiliência financeira que, como se viu, teve como resultado final a distribuição massiva de dividendos.

A Petrobras, frisa o diretor-técnico do Ineep, é uma instituição, uma ferramenta importante de política pública e ainda um objeto de embate de interesses múltiplos que envolvem atores tanto da sua estrutura de governança quanto transnacionais. “É bom lembrar que a empresa brasileira já era objeto de espionagem industrial na década passada, depois da Lava Jato, e foi um dos objetivos do golpe de 2016”, dispara Santos. É muito difícil, acrescenta, fazer uma mudança mais robusta no plano de negócios de uma empresa que mobiliza tantos interesses.

Vários aspectos positivos sobressaem na gestão de Prates, sublinha o diretor do Ineep, a começar pela mudança na estrutura de gestão, com substituições de responsáveis em cargos estratégicos da companhia, com destaque para as áreas de Exploração e Produção e de Refino, que têm avançado bastante no uso eficiente da capacidade produtiva da empresa.

Outra mudança muito significativa, percebida pela população, resultou na nova política comercial e de preços da gasolina e do diesel, que têm um impacto imenso no processo inflacionário e no bolso do consumidor. A alteração na política de distribuição de dividendos, com redução da parcela míni-



Feito. A venda de ativos fez a Petrobras perder seis anos diante dos concorrentes

ma de lucros direcionados aos acionistas, de 60% para 45%, decidida em julho do ano passado, é outro ponto de destaque da gestão de Prates. O mínimo legal, acrescente-se, é de 25%.

Um amplo processo de recuperação de ativos e investimentos na ampliação do uso da capacidade instalada da Petrobras e na elevação do fator de utilização do parque de refino da companhia, afetados com a venda tanto da refinaria RLAM, da Bahia, quanto da REAM, em Manaus, levou a empresa a bater recordes de uso do seu parque de refino e ajudou também a reduzir a volatilidade dos preços. Os investimentos na recuperação de parte da capacidade operacional, com recordes de produção no pré-sal, só não foram mais elevados por causa da política de venda de poços e campos produtivos de petróleo, sobretudo em terra.

A atual gestão conseguiu, mesmo em um cenário internacional marcado por grandes incertezas no início de 2023, manter resiliência financeira e capacidade operacional, ampliando o volume de investimentos, e alcançou o segundo maior lucro líquido da sua história, apesar do impacto de 75%, da queda do preço do petróleo, na receita líquida. Conteve os custos e ampliou investimentos, ainda que abaixo das expectativas, e obteve resultados financeiros positivos, com a manutenção do nível de endividamento. Registrou o segundo maior lucro líquido e o terceiro maior dividendo distribuído na história. “Esses são aspectos centrais”, sublinha Santos.

A companhia anunciou o seu retorno ao setor de fertilizantes, a retomada de investimentos no setor petroquímico e a garantia de investimentos na segunda etapa da ampliação da RNEST, em Pernambuco, com compromisso da expansão da produção e da oferta de gás natural, que deve ser o principal insumo da transição energética no País, ao menos no curto prazo.

Outro ponto positivo foi a criação de



O tumulto ocorre a menos de duas semanas da eleição do novo Conselho de Administração

Passo em falso. Sem consultar o chefe, Mercadante telefonou para Prates e pode ter perdido a chance de presidir a empresa

uma diretoria de descarbonização e transição energética, entregue ao especialista Maurício Tolmasquim. Acrescente-se a mudança de postura em relação ao acordo do Termo de Compromisso de Cessação para refino e gás natural, com o Cade, no sentido de tentar renegociação, sinal de uma postura de encerramento da política prejudicial de desinvestimentos adotada anteriormente.

Há também uma série de aspectos negativos, ressalta Santos. Existia uma expectativa, que não se confirmou, de retomada de um projeto de investimentos mais robusto do que o anunciado no plano estratégico, para expansão da capacidade de refino e abastecimento e, principalmente, para investimento em pesquisa e desenvolvimento em novas rotas tecnológicas. Os projetos apresentados até agora na área de descarbonização e transição energética são muito tímidos e estão aquém do esperado.

O plano estratégico está excessivamente centrado no desenvolvimento da produção e com investimentos fortemente concentrados na Margem Equatorial, uma região de sensibilidade ambiental, e que ainda depende de um licenciamento. “A Petrobras fez, portanto, uma aposta que está travada, do ponto de vista da efetividade dos investimentos”, ressalta Santos.

Para quem espera uma Petrobras que invista e retome o seu protagonismo no desenvolvimento nacional, não faz sentido reproduzir o padrão observado nos últimos anos, de distribuição recorde de dividendos. É necessário avançar além do pedido de renegociação dos TCCs com o Cade e ter uma postura de estatização de alguns ativos estratégicos, sobretudo nas áreas de refino e distribuição de combustíveis. •

Palavras ao vento

TheObserver A OMC completa 30 anos escanteada pelo protecionismo crescente

POR LARRY ELLIOTT

Quando os ministros do Comércio se reuniram na cidade marroquina de Marrakesh, há 30 anos, para assinar o acordo que criou a Organização Mundial do Comércio, o clima era de celebração. O Muro de Berlim tinha caído pouco antes, o comunismo havia desmoronado e corriam ideias otimistas de que o organismo abriria novos mercados e atuaria como árbitro nas disputas entre países.

O clima hoje é muito mais sombrio do que era em abril de 1994. Qualquer entusiasmo por acordos inovadores de liberalização comercial desapareceu há décadas e foi substituído por um protecionismo disfarçado – e muitas vezes aberto. As relações entre Estados Unidos e China estão em declínio e provavelmente piorarão. No fim do mês passado, a China abriu formalmente um processo na OMC contra os EUA, no qual Pequim tentou salvar sua indústria de veículos elétricos, dizendo que os subsídios de Joe Biden para promover a produção verde em seu país violam as regras comerciais globais.

A disputa sobre a Lei de Redução da Inflação de Biden destaca três tendências: uma maré baixa na globalização, a relação cada vez mais difícil entre as duas maiores economias do mundo e a situação disfuncional da própria OMC. Há pouca esperança de que o caso da China contra os EUA algum dia seja soluciona-

do, pois a OMC não pode resolver disputas. Qualquer país que esteja do lado errado de uma decisão tem o direito de recorrer, mas o órgão de recursos precisa de juízes para funcionar, e desde o fim de 2019 os Estados Unidos têm bloqueado as nomeações para o painel.

Essa não é a única razão pela qual Washington permanecerá firme em relação à IRA. Na raiz, o problema é causado pelo enorme excedente comercial da China com os EUA e pela convicção do governo Biden de que o déficit norte-americano é consequência de uma concorrência desleal. Em resposta à objeção formal de Pequim ao apoio financeiro fornecido pelo IRA, Katherine Tai, representante comercial dos EUA, disse que se trata de um caso em que a panela chama a chaleira de preta, dado o histórico da China de proteger seus próprios fabricantes.

Para Neil Shearing, economista-chefe da consultoria Capital Economics, houve uma “expansão substancial” da capacidade de produção chinesa desde a pandemia de Covid-19. Em parte, diz, isso re-

A fé no livre-comércio arrefeceu, enquanto cresce a tensão entre EUA e China



flete uma resposta ao aumento da procura global, mas também, como no caso dos veículos elétricos, representa uma decisão política deliberada de Pequim de procurar cotas de mercado.

Donald Trump, rival de Biden na corrida deste ano à Casa Branca, prometeu ações duras para evitar que o mercado de automóveis norte-americano seja inundado. Depois de impor tarifas de 300 bilhões de dólares sobre as importações chinesas quando era presidente, Trump diz agora que adotaria uma tarifa de 100% sobre os automóveis chineses importados do México, uma de 50% sobre outros produtos chineses e uma tarifa de 10% sobre os produtos fabricados em outros países. “Aqueles grandes fábricas de carros monstruosos que vocês estão construindo no México agora e acham que vão conseguir não contratar americanos e vender



o carro para nós, não”, disse Trump. “Vamos colocar uma tarifa de 100% em cada carro que passar pelo estacionamento.”

Trump deixou claro que não está incomodado com a possibilidade de a China ou outros países responderem com medidas retaliatórias que punam os exportadores dos EUA. “Você nos ferra e nós ferramos você. É muito simples, muito justo”, afirma.

Biden usa uma linguagem menos emotiva, mas na realidade adotou uma postura dura com a China no comércio. Keith Rockwell, da Fundação Hinrich e ex-diretor da OMC, afirma: “Não importa quem ganhe as eleições presidenciais, o futuro das relações comerciais EUA-China não parece brilhante. Todas as tarifas de Trump continuam em vigor. Biden não removeu nenhuma”.

Shearing acrescenta: “Uma das poucas questões bipartidárias que restam

em Washington é a natureza desequilibrada da relação comercial dos EUA com a China. Os investidores podem estar nervosos com o potencial retorno de Trump e a ameaça de uma nova guerra comercial, mas esse conflito parece cada vez mais provável, quer o próximo governo seja democrata ou republicano”.

O cisma entre EUA e China não é a única fonte de tensão comercial. Como observou a diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, além das conhecidas disputas globais Norte-Sul, houve sinais na recente reunião ministerial em Abu Dabi de divisões Sul-Sul. Estas refletem a insistência entre alguns dos maiores países em desenvolvimento – como a Índia e o Brasil – de que suas vozes devem ser ouvidas. Okonjo-Iweala declarou que não poderia ser “tudo como sempre” quando assumiu o cargo

em Genebra há pouco mais de três anos, mas teve dificuldade para chegar a um acordo entre os 166 integrantes da OMC.

Evan Rogerson, antigo alto funcionário da organização e hoje atuando no Centro de Estudos do Multilateralismo, em Cingapura, diz que a recente reunião ministerial em Abu Dabi foi uma desilusão e não obteve qualquer progresso multilateral substancial, além da adesão de dois pequenos países, Timor-Leste e Comores. “Não retroceder em uma moratória de 25 anos sobre taxas de comércio eletrônico foi considerado um sucesso”, lamenta. “Nos pontos críticos da agenda, comércio agrícola, subsídios à pesca e reforma do mecanismo de resolução de litígios da OMC, os ministros simplesmente deram o pontapé inicial, comprometendo-se a continuar o trabalho e a prorrogar mais uma vez os prazos que poucos esperam que sejam cumpridos.”

Em artigo recente, Okonjo-Iweala disse que uma reforma significativa exigiria que os países em desenvolvimento assumissem um papel mais importante. “O resultado final é que é necessário um esforço coletivo concertado para cumprir os acordos da OMC e criar uma organização capaz de enfrentar os problemas deste século. O fracasso em alcançar esses objetivos não pode mais ser atribuído apenas aos Estados Unidos, ou a qualquer outro país, nesse caso, por falta de liderança ou perda de interesse.”

A posição dos EUA será, no entanto, crítica para que a organização cumpra seu papel de policiar o comércio global. Se Biden for reeleito, avalia Rockwell, é possível que num segundo mandato ele tenha a mente mais aberta para algumas questões comerciais, incluída a forma como as disputas são tratadas. “Se Trump vencer, não haverá mudança.” ●

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.



A fome como arma

TheObserver A tragédia humanitária em Gaza intensifica-se e a falta de alimentos destrói famílias e esperanças

POR PETER BEAUMONT E KAAMIL AHMED

Duzentas e cinquenta calorias representam duas fatias de um pão integral comum vendido em supermercados: 12% da ingestão nutricional diária recomendada. Hoje, no norte de Gaza, dominado por um nível “catastrófico” de fome, como definiu a

ONU, representa a ingestão calórica de um dia inteiro. Seis meses após o início da resposta militar de Israel, na sequência do brutal ataque do Hamas às comunidades fronteiriças do sul de Israel em 7 de outubro do ano passado, no qual 1,2 mil judeus foram mortos, na maioria civis, e quase 250 foram sequestrados como reféns, a fo-

me aguda domina a faixa costeira.

Para quem tem dinheiro, a comida é perigosamente escassa. Para aqueles que não têm nenhum – e depois de Israel obstruir a entrega de ajuda humanitária durante meses, segundo funcionários da ONU e de outras agências –, encontrar sustento é uma questão de vida ou mor-



te. De acordo com o IPC, o mecanismo de monitoração da fome apoiado pela ONU, 1,1 milhão de palestinos, metade da população de Gaza, viverá numa penúria catastrófica dentro de três meses, se as coisas permanecerem no estado atual e a violência não aumentar. “Antes da guerra, tínhamos boa saúde e corpos fortes”, disse recentemente uma mãe à agência humanitária britânica Oxfam. “Agora, quando olho para meus filhos e para mim, perdemos muito peso. Tentamos comer tudo o que encontramos, plantas ou ervas comestíveis, apenas para sobreviver.”

Outra mãe de seis filhos repetiu esse relato à Organização Mundial da Saúde e explicou que nos mercados as plantas silvestres estão principalmente disponíveis a altos preços, “sem legumes, frutas, suco... sem lentilhas, sem arroz, batatas ou berinjelas, nada”, levando muitos a sobre-

viver à base de malva, uma erva daninha comum. Numa Gaza arruinada e sitiada, constantemente sob a ameaça de bombas, artilharia e drones, a vida é definida por um refrão repetido por muitos: “Ainda estou vivo. Continuo a respirar”.

“Não sei se ainda sinto outra coisa além de medo, tristeza e frustração”, afirma Mohammed Mortaja, um entre as centenas de milhares de deslocados para a cidade de Rafah, no sul do país, ainda hoje sob a ameaça de uma nova ofensiva israel-

Os palestinos vivem hoje, em média, com 250 calorias diárias, 12% do recomendado

“Milagre” do céu. Com as fronteiras controladas por Israel, restam as remessas por aviões de alimentos e bens de primeira necessidade

lense. “Todas as manhãs o sol nasce e você está vivo. Sua jornada diária é permanecer vivo, na busca por água e comida e a fugir dos bombardeios e da ocupação.”

Mortaja diz estar totalmente focado na sobrevivência e não presta mais atenção nas notícias. Depois de seis longos meses, a esperança também foi posta de lado, substituída por uma sensação entorpecida de deslocamento. “Não sou mais iludido por palavras como ‘trégua’ ou ‘cessar-fogo’. Não me importo com nada, apenas procuro o que pode saciar minha fome e minha sede e espero ansiosamente por minha morte.”

Nosso Mundo

Mais de 33 mil palestinos foram mortos no enclave, incluídas mais de 13 mil crianças, segundo o Ministério da Saúde de Gaza. Em seis meses de conflito violento, após anos de bloqueio israelense à faixa costeira, que serviu mais para fortalecer o Hamas do que para prejudicá-lo, Gaza hoje é definida mais pelo que foi perdido do que pelo que resta de uma sociedade outrora vibrante. Blocos de apartamentos e bairros inteiros foram arrasados. Os hospitais, reduzidos a ruínas, estão cercados por cães e cheiram a esgoto. As universidades foram explodidas e a agricultura destruída. A eletricidade e, com ela, a capacidade de processar água potável e residual, foram fatalmente interrompidas, contribuindo para a propagação descontrolada de doenças.

No mês passado, imagens analisadas pelo Centro de Satélites das Nações Unidas indicaram que 35% dos edifícios da Faixa de Gaza foram destruídos ou danificados na ofensiva. A vida foi atomizada, pois a guerra levou mais de 80% da população de 2,3 milhões a abandonar suas casas e procurar abrigo, principalmente no sul, em condições insalubres de superlotação. As entregas de ajuda humanitária foram estranguladas por Israel, que fechou as passagens terrestres, enquanto as recentes operações de lançamento aéreo são em escala limitada e muitas vezes causam mortes por problemas com falhas nos paraquedas e a queda de alimentos e remédios no mar.

A questão em Gaza é para onde irá a guerra agora. Uma avalanche de condenações internacionais de Israel pela morte recente de sete trabalhadores humanitários da instituição beneficente World Central Kitchen, num ataque prolongado de drones que atingiu seus carros, um após o outro, segue-se à revolta pelo elevado número de mortos e a fome crescente. Embora Tel-Aviv, sob pressão dos Estados Unidos depois da morte dos trabalhadores humanitários, tenha concordado em abrir mais pas-

“Aqui estamos, à espera do nosso destino”, lamenta Ahmed Masoud, ativista dos direitos humanos

sagens fronteiriças para permitir mais ajuda humanitária, algumas autoridades internacionais como o alto representante de política externa da União Europeia, Josep Borrell, acreditam ser insuficiente, e tarde demais para evitar a inanição. “Israel e seus aliados devem garantir que a ajuda possa fluir livremente para evitar a fome, e que haja um sistema de proteção para os trabalhadores humanitários que garanta nossa segurança. Acima de tudo, precisamos de proteção para os civis palestinos, que foram mortos indiscriminadamente nos últimos seis meses”, afirmou o norueguês Jan Egeland, secretário-geral do Conselho para Refugiados.

Juntamente com a ameaça de fome, a maior questão é o que acontecerá em Rafah, onde vivem 1,5 milhão de cidadãos. O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, reafirmou a intenção de atacar a cidade, apesar das objeções de Washington e de outros aliados. Ahmed Masoud, ativista dos direitos humanos atualmente em Rafah, depois de ter sido deslocado seis vezes nos últimos seis meses, experiência típica, afirma ter perdido 40 amigos, sua casa e seu emprego. Agora, teme perder a saúde mental. “Tudo o que pensamos é como permanecer vivos, lutando para conseguir água e comida. Quando chega a noite, pensamos mais em ser mortos, especialmente porque ouvimos 24 horas por dia, sete dias por semana, o som dos aviões de guerra israelenses,



especialmente dos drones”, descreve Masoud. “Tenho muita sorte de ainda ter a cabeça e não a ter perdido ainda.”

Rafah deixou, no entanto, de ser uma zona segura, embora nunca tenha estado isenta de ataques aéreos, e a população diz haver rumores de uma iminente invasão israelense. “Tudo está destruído ao nosso redor. Sentimos que a qualquer momento eles entrarão”, afirmou outro palestino morador da cidade, que não quis ser identificado. “Esperamos pela evacuação de Rafah a qualquer momento. Provavelmente, iremos em direção ao mar, à praia.” Segundo Masoud, todos esperam uma invasão, mas não sabem para onde ir.

O sentimento de medo corrosivo e generalizado levou aqueles que têm contatos no estrangeiro a fazer apelos desesperados, pedindo dinheiro emprestado para pagar as propinas exigidas pelos “intermediários” egípcios, às



vezes dezenas de milhares de dólares por família, para atravessar a fronteira. “O governo norte-americano quer um plano claro para evacuar os retidos para locais seguros. Para ser sincero, não sei de que ‘área segura’ estão falando”, diz Masoud. “É um medo muito grande, mas estamos acostumados a ser mortos, a ouvir notícias tristes, não temos nada a perder. Então aqui estamos, à espera do nosso destino.”

Apesar da crescente pressão internacional a favor da interrupção dos combates, entre elas a recente aprovação de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, as negociações de cessar-fogo se concentraram na libertação de dezenas de reféns israelenses detidos pelo Hamas, muitos dos quais teriam

Suplício. As tropas israelitas intimidam as organizações de ajuda humanitária. Depois reclamam da comparação de Gaza a campos de concentração

morrido em cativeiro, que permanecem presos, apesar do enorme sofrimento. O Hamas diz que as forças de Israel devem deixar Gaza. Israel diz que deve concluir a destruição do Hamas.

Apesar das alegações por Israel de que matou cerca de 13 mil combatentes inimigos e desmantelou as capacidades militares do grupo na maior parte de Gaza, não há, porém, sinais de que o Hamas esteja acabado, e seus integrantes se reagrupam em áreas onde Israel havia declarado vitória. Michael Milshtein, ex-oficial de alto escalão da inteligência militar israelense e especialista em estudos palestinos na Universidade de Tel-Aviv, diz que Israel enfrenta duas opções desagradáveis: aceitar um acordo de reféns e cessar-fogo que reconheça a sobrevivência do Hamas, ou intensificar a campanha militar e conquistar Gaza na esperança de que o inimigo seja destruído. A expectativa de que a abordagem atual dos militares israelenses possa destruir o Hamas ou forçá-lo a se render, afirma, é “excesso de otimismo”.



Amos Harel, do jornal israelense Haaretz, foi ainda mais contundente e descreveu uma guerra estagnada, tropas esgotadas e uma insensibilidade cada vez maior em relação às vidas palestinas, onde “a ideia de que ‘não há inocentes em Gaza’” é comum entre os soldados. “Hoje está claro para todos, exceto para os seguidores cegos, que as promessas de ‘vitória total’ que o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu fazia todos os dias são totalmente inúteis.”

Por enquanto, tudo o que se pode dizer com alguma certeza é que uma guerra lançada com expectativas irreais vai arrastar-se ainda por mais tempo em meio ao crescente isolamento internacional de Israel. E que aqueles que pagam o preço mais alto são os civis palestinos de Gaza. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Licença para matar

TheObserver Desde a Guerra Fria não se via uma onda tão grande de assassinatos patrocinados por Estados nacionais

POR SIMON TISDALL

No mundo sem lei de hoje, o assassinato político é a nova indústria em crescimento – e qualquer um, famoso ou não, é uma vítima potencial. Os assassinatos sancionados pelo governo proliferam, com Rússia, Israel, Irã e Índia a liderar o grupo. Embora pistoleiros solitários e fanáticos enlouquecidos ainda representem ameaças aleatórias, planos de assassinato premeditados e organizados pelo Estado estão sendo normalizados e popularizados. A “Assassinato S.A.” torna-se global, com licença para matar.

O negócio dos assassinatos foi principalmente monopólio das superpotências durante a Guerra Fria. As operações dirigidas pelos Estados Unidos e pela União Soviética tiveram como alvo figuras de destaque como Fidel Castro, de Cuba, Salvador Allende, do Chile, e Josip Broz Tito, da extinta Iugoslávia. Alguns “sucessos” foram mais notórios do que outros. Em 1940, um integrante da polícia secreta soviética de Stalin, a NKVD, assassinou o líder dissidente bolchevique Leon Trotsky, na Cidade do México, com um furador de gelo. Quem atirou no primeiro-ministro da Suécia, Olaf Palme, em 1986, ainda é motivo de controvérsia.

Hoje em dia, o que poderia ser chamado de síndrome de Júlio César não se aplica mais. Não é necessário ser proemi-

nente ou poderoso para temer a arma do assassino. A polícia diz que o esquadrão de ataque que esfaqueou Pouria Zeraati, um jornalista da oposição iraniana, em Londres, fugiu para o estrangeiro. No ano passado, um blogueiro pró-Rússia nascido na Ucrânia, Vladlen Tatarsky, morreu numa explosão misteriosa em São Petersburgo. Israel tem como alvo obscuros cientistas nucleares iranianos e, desde 7 de outubro passado, líderes do Hamas, tanto de alto quanto de baixo escalão.

Os assassinatos são frequentemente disfarçados de contraterrorismo respeitável. Isso é um subproduto da “guerra global ao terror” pós-11 de Setembro liderada pelos Estados Unidos, que legitimou efetivamente o assassinato estatal. O assassinato de Osama bin Laden em 2011 é o caso mais conhecido. As mortes recentes de importantes comandantes militares iranianos num ataque ilegal em Damasco enquadram-se nessa categoria. Se Israel admitisse a responsabilidade, o que não faz, provavelmente diria que estava a eliminar uma ameaça terrorista.

O terrorismo, real ou imaginário, jun-

tamente com o lema moderno de “segurança nacional”, é agora rotineiramente utilizado para desculpar ou justificar atos flagrantemente criminosos, como em Gaza, todos os dias. Em 2020, os EUA assassinaram um importante general iraniano, Qassem Suleimani, em Bagdá, sem qualquer respeito pelo direito internacional. A Rússia desculpa a morte de separatistas chechenos demonizando-os como terroristas sanguinários. Na Somália, drones norte-americanos atacam arbitrariamente “militantes” à vontade.

A Índia de Narendra Modi adotou esse sofisma letal, ao visar alegadamente os *sikhs* no estrangeiro, cujas opiniões políticas não lhe agradam, e os opositores baseados no Paquistão. Um incidente infame no Canadá, em junho passado, envolveu o ataque, com 34 tiros, ao separatista *sikh* Hardeep Singh Nijjar. Os *sikhs* na Grã-Bretanha foram avisados pela polícia, em janeiro, de que suas vidas estavam em risco.

Irritar uma figura política poderosa é suficiente para que alguém seja morto, em qualquer lugar do mundo. Em 2018, o jornalista Jamal Khashoggi foi assassinado em Istambul por ordem real saudita. Em fevereiro deste ano, um piloto russo que tinha desertado para a Ucrânia foi assassinado na Espanha. Ele foi baleado seis vezes e depois atropelado por um carro. Cartuchos de balas fabricados na Rússia foram deixados espalhados, um aviso grosseiro para outros.

A ameaça representada por indivíduos solitários continua poderosa. Em 2022, o ex-primeiro-ministro japonês Shinzo Abe foi morto por um homem com ran-cor pessoal; e um agressor com tatuagens nazistas tentou, mas não conseguiu, atirar na vice-presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner.

Nos Estados Unidos, as ameaças de morte são comuns. A ex-presidente da

Israel, Rússia, Irã e Índia têm sido os mais ativos



Câmara, Nancy Pelosi, o ex-conselheiro de Segurança Nacional, John Bolton, e o juiz da Suprema Corte Brett Kavanaugh sobreviveram a planos de assassinato em 2022.

A difamação dos adversários por parte do candidato presidencial Donald Trump estimula claramente a retribuição violenta. Enfurecido pelos atos do general Mark Milley após o motim de 6 de janeiro no Capitólio, ele disse que o então presidente do Estado-Maior Conjunto merecia a pena de morte. Nem Trump renegou os apelos dos manifestantes para “enforçar Mike Pence” (seu próprio vice-presidente). “Essa linguagem desumaniza os rivais políticos e pode, por sua vez, desmitificar o ato de matá-los”, alertou Jacob Ware no *site* The Hill.

Barril de pólvora. Iranianos protestam contra o assassinato dos oficiais da Guarda Revolucionária do Irã. O ataque foi atribuído a Israel

Os assassinatos ordenados pelo Estado têm muitos motivos: a insegurança de quem está no poder, o extremismo ideológico, a intolerância religiosa, teorias da conspiração nas redes sociais, vingança ou o ditame de um tirano. Os denominadores comuns são o fracasso da política convencional, o colapso dos padrões sociais e morais – e o desprezo pela lei. A impunidade é galopante. Os mecanismos jurídicos transnacionais integrados são fracos ou inexistentes. Apesar dos apelos a uma ação mais dura liderada pela ONU, os regimes assassinos raramente

enfrentam consequências graves a longo prazo. Numa época que favorece líderes “homens fortes”, a crueldade homicida é um impulsionador da imagem. E há outra razão pela qual o assassinato como política estatal prospera.

Mesmo quando cometem os atos mais ultrajantes, Vladimir Putin da Rússia e outros assassinos dissimulados habituais beneficiam-se de uma convenção internacional não escrita: presidentes, primeiros-ministros e líderes supremos não se matam uns aos outros. Geralmente não, ao menos.

Então, quando se diz que aqueles no topo escapam impunes de assassinatos, é melhor acreditar. Metafórica, legal e explicitamente, eles escapam mesmo. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.



A Antártida derrete

TheObserver O aumento recorde de temperatura no lugar mais frio da Terra é o prenúncio de um desastre para o ecossistema local e a humanidade

POR ROBIN MCKIE

Em 18 de março de 2022, cientistas da estação de pesquisa Concordia, na Antártida, documentaram um acontecimento notável: o maior salto de temperatura já medido em um centro meteorológico da Terra. A região registrou nesse dia aumento de 38,5°C acima da média sazonal, um recorde mundial. Essa elevação surpreendente no local mais frio do planeta deixou os pesquisadores com dificuldade para descrevê-la. “É estonteante”, disse o professor Michael Meredith, líder científico do British Antarctic Survey. “Ninguém em nossa comunidade pensava que algo do tipo pudesse acontecer”, acrescentou o glaciologista Martin Siegert, da Universidade de Exeter, no Reino Unido. “Temos de lutar com algo sem precedentes.”

Os ventos na direção do polo, que antes faziam poucas incursões na atmosfera acima da Antártida, estão agora transportando cada vez mais ar quente e úmido de latitudes mais baixas – incluindo a Austrália – para o interior do continente, dizem os cientistas, e estes têm sido responsabilizados pela dramática “onda de calor” que atingiu Concordia. Mas ainda não está claro por que essas correntes agora conseguem penetrar tão profundamente no espaço aéreo do continente.

Esse enorme aumento de temperatura tampouco foi um evento isolado. Nos últimos dois anos, os cientistas foram inundados com um número cada vez maior de relatos de anomalias meteorológicas perturbadoras. Os glaciares que fazem fronteira com a camada de gelo ocidental da Antártida estão perdendo massa para o oceano num ritmo crescente, enquanto os níveis de gelo marinho, que flutuam nos oceanos ao redor do continente, caíram drasticamente, após permanecerem estáveis por mais de um século.

Esses perigos foram destacados por uma equipe de cientistas, liderada por Will Hobbs, da Universidade da Tasmânia, num artigo publicado na semana passada no *Journal of Climate*. Após examinar as recentes mudanças na cobertura do gelo marinho da Antártida, o grupo concluiu que houve uma “transição crítica abrupta” no clima que poderá ter repercussões para os ecossistemas locais e para o sistema climático global.

O continente está se equiparando ao Ártico, onde os impactos do aquecimento global foram, até agora, os mais intensos sentidos em todo o planeta, acrescentou Siegert. “O Ártico está atualmente se aquecendo a uma taxa quatro vezes superior à registrada pelo resto do planeta. Mas a Antártida começou a recuperar o atraso, de modo que já está se aquecendo duas vezes mais rapidamente que o restante do mundo.”

Uma das principais razões pelas quais o Ártico e a Antártida estão sofrendo impactos desproporcionais do aquecimento global é porque os oceanos da Terra – aquecidos pela queima de combustíveis fósseis – estão perdendo o gelo nas extremidades polares. As águas escuras que ficavam abaixo do gelo estão sendo expostas, e a radiação solar não é mais refletida de volta para o espaço. Em vez disso, é absorvida pelo mar. “É um círculo vicioso de aquecimento dos oceanos e derretimento do gelo marinho, embora a causa raiz seja a queima contínua de combustíveis fósseis”, diz Meredith.

As consequências dessa metamorfose meteorológica podem ser devastadoras. Se todo o gelo da Antártida derretesse, aumentaria o nível do mar em todo o mundo em mais de 60 metros. Ilhas e zonas costeiras onde vive grande parte da população mundial seriam inundadas. No entanto, é improvável que tal apocalipse ocorra em breve. A camada de gelo

O IPCC pode ter subestimado os impactos da elevação do nível dos oceanos até o fim do século

da Antártida cobre 14 milhões de quilômetros quadrados, aproximadamente, a área de Estados Unidos e México juntos, e contém cerca de 30 milhões de quilômetros cúbicos de gelo – cerca de 60% da água doce do mundo. Essa vasta cobertura esconde uma cordilheira quase tão alta quanto os Alpes, por isso levará muito tempo para que derreta completamente, dizem os cientistas.

Existe, porém, o risco de elevações significativas do nível do mar nas próximas décadas, à medida que as camadas de gelo e os glaciares da Antártida Ocidental continuem encolhendo. Estas estão sendo erodidas nas bases pelo aquecimento da água do oceano, e poderão desintegrar-se dentro de algumas décadas. Se desaparecerem completamente, aumentariam o nível do mar em 5 metros – o suficiente para causar danos às populações costeiras em todo o mundo. A velocidade com que isso acontecerá é difícil de avaliar.

O Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC, *na sigla em inglês*) afirmou que o nível do mar deverá subir entre 30 centímetros e 1,1 metro até o fim do século. No passado, os negacionistas das mudanças climáticas acusavam os cientistas de exagerar a ameaça do aquecimento global. Agora, as evidências que surgem da Antártida deixam claro que não houve exagero algum. Na verdade, eles podem ter subestimado o problema.

As mudanças que a Antártida enfrenta não são preocupantes apenas para os humanos. “Já estamos assistindo a graves impactos ecológicos que ameaçam se espalhar pela cadeia alimentar”, alerta a professora Kate Hendry, oceanógrafa química do British Antarctic Survey. Um exemplo crítico é fornecido pelas algas que crescem sob e ao redor do gelo marinho no oeste da Antártida. Elas começam a desaparecer, colocando em risco a sobrevivência dos *krill*, minúsculos crustáceos marinhos que fornecem alimento para espécies de predadores que incluem peixes, pinguins, focas e baleias.

Outra vítima do aquecimento que assola o continente é o seu residente mais famoso: o pinguim-imperador. No ano passado, a espécie, que só é encontrada na Antártida, sofreu um catastrófico fracasso reprodutivo, pois as plataformas de gelo marinho onde nascem começaram a se desintegrar muito antes de os jovens pinguins conseguirem desenvolver penas impermeáveis. “Nunca vimos pinguins-imperadores deixarem de procriar nesta escala, numa única estação”, disse Peter Fretwell, do British Antarctic Survey. Se as tendências de aquecimento global continuarem no ritmo desastroso atual, mais de 90% das colônias serão exterminadas até o fim do século.

Mais de 40 países são signatários do protocolo ambiental do Tratado da Antártida, que supostamente protege o país de uma série de ameaças diferentes, mas a causa dessa mudança ecológica e meteorológica está fora do continente, acrescenta Siegert. “Ela está sendo causada porque o resto do mundo continua a emitir grandes quantidades de dióxido de carbono.”

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.



A SP-Arte recebeu um grupo de curadores internacionais

Olhar estrangeiro

MERCADO A maior presença de artistas negros e indígenas tende a facilitar a inserção da arte brasileira no contexto internacional?

POR ANA PAULA SOUSA

Durante a realização da 20ª edição da SP-Arte, na semana passada, no Pavilhão da Bienal de São Paulo, um grupo de dez curadores e consultores vindos dos Estados Unidos, Europa e Ásia esteve na cidade para, além de visitar a feira, conhecer ga-

lerias, centros culturais e museus e ouvir palestras sobre a arte brasileira.

Curiosamente, ao mesmo tempo que dão concretude aos projetos de internacionalização do setor, esses visitantes, com quem a reportagem de *CartaCapital* conversou durante um *brunch* no restaurante Selvagem, no Parque do Ibirapue-

ra, evidenciam o quão desconhecidos são, fora do País, os artistas brasileiros.

O grupo viajou a convite do Projeto Latitude, uma parceria entre a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) e a Associação Brasileira de Arte Contemporânea (Abact). O objetivo do projeto, que



foi criado em 2007 e reúne 60 galerias, é a internacionalização do mercado brasileiro de arte contemporânea.

“Estamos retomando vários convênios que foram rompidos no governo anterior”, disse, durante o encontro, Gustavo Sperandio, representante regional da Apex. “Como o Brasil não é uma referência na arte, o maior desafio era trazer pessoas de fato qualificadas, que pudessem influir, depois, na compra de obras.”

Alana Hernandez, que veio de Phoenix (EUA), onde trabalha para uma organização que busca a valorização das contribuições artísticas da comunidade latina, não nega que seu conhecimento sobre a arte contemporânea do País sempre se restringiu aos concretistas – Lygia Clark, Lygia Pape e Hélio Oiticica à frente – e, nos anos 2000, a Vik Muniz.

O que parecia estar fazendo os olhos de Alana brilharem, durante a viagem ao Brasil, era a descoberta de uma diversidade estética, mas também de raça, à qual ela ainda não tinha tido acesso.

“Venho de um país no qual as obras dos artistas negros e latinos representam apenas 2% das coleções”, conta, explicando parte de sua função. Alana diz, inclusive, que, quando estava na faculdade, não via ninguém como ela nas curadorias das instituições. “De lá para cá, as coisas mudaram”, pontua, aos 31 anos. “Mas, obviamente, uma pessoa latina, como eu, ainda é minoria, e isso se reflete nas coleções.”

Não por acaso, outra integrante do grupo, Adefolakunmi Adenugba, consultora nova-iorquina voltada à arte negra, diz ter como clientes, sobretudo, jovens profissionais negros que estão dando início às suas coleções e desejam “navegar pelos artistas da diáspora”.

No caso de Helena Lyristakis, nascida na Austrália e radicada em Londres, o conhecimento da arte brasilei-



Alana Hernandez diz que, nos EUA, os latinos são raros nas galerias e nas coleções. Durante muito tempo, Helena Lyristakis, vinda do Reino Unido, só conhecia, do Brasil, os concretistas



ra é mais amplo, mas, durante algum tempo foi quase nulo. Enquanto estudava Artes Visuais, na Austrália, ela jamais ouviu falar de qualquer artista do País. Foi apenas em uma viagem de estudos para Nova York que descobriu existirem os concretistas – mas só eles. Sua percepção mudaria de fato a partir de

2016, quando entrou na Gasworks, organização de arte contemporânea londrina que oferece residências anuais para artistas brasileiros no Reino Unido.

“De repente, comecei a descobrir artistas jovens, muitos deles vindos de lugares pobres, com preocupações ligadas à raça e classe social”, diz Helena. Ao vir ao Brasil pela primeira vez, e visitar comunidades no Rio de Janeiro, ela diz ter entendido o contexto no qual as obras eram criadas e as paisagens às quais esses artistas pertenciam.

“São trabalhos forjados mais pelas experiências de vida e pela estética do cotidiano do que por uma escola de arte. São artistas que parece terem sido menos expostos aos cânones de arte. E isso faz toda a diferença”, diz a curadora radicada em Londres.

Sabel Gavaldon, que hoje está à frente dos programas públicos no Museu de Arte Contemporânea de Barcelona (Macba), mas que antes trabalhou na Gasworks viu, entre 2018 e 2023, a presença de artistas negros e periféricos brasileiros crescer. “Antes, a diversidade do País não estava representada. Isso foi mudando”, pontua

O cubano Omar Lopez-Charoud, residente nos EUA e diretor artístico da Untitled Art, feira independente de arte contemporânea de Miami, não tem dúvida de que a visibilidade recém-conquistada por artistas negros e indígenas tende a atrair novos olhares para o Brasil. E lembra da presença de Adriano Pedrosa, diretor do Masp, na Bienal de Veneza, que abre dia 20.

“É uma conjunção de fatores”, diz Victória Zuffo, presidente da Abact, que diz estar convicta de que há um contexto positivo para a reinserção do País no mercado internacional e lembra: “A economia criativa sempre depende também da parceria com o governo”. •

Agora Ziraldo tornou-se imortal

MEMÓRIA O chargista e cartunista, morto aos 91 anos, deixa uma obra que segue a fazer sucesso e a representar o Brasil

POR GILBERTO MARINGONI*

Você pode não gostar das pernas do Garrincha, dos edifícios do Niemeyer, da prosa de Guimarães Rosa, do cinema de Glauber Rocha, do pensamento de Celso Furtado, ou dos traços do Ziraldo. Mas nunca poderá dizer que viu algo semelhante.

Não se trata apenas de afirmar que se trata de “gênios”, lugar-comum movediço utilizado para classificar o inclassificável. Melhor seria tentar entender a originalidade de talentos que ganharam o grande público mais ou menos no mesmo período histórico, ali ao redor dos anos 1960, quando o Brasil aparecia como singularidade histórica, no auge do nacional-desenvolvimentismo.

Com todas as amarras de uma economia que preservava marcas do período colonial, o País era, entre todos os da periferia, o que parecia levar mais longe – ainda que aos trancos e barrancos – um projeto de desenvolvimento viável.

“Sem ter feito 30 anos ainda, eu estava vivendo dentro da redação de uma grande revista nacional, no meio do Brasil, no centro dos acontecimentos, os anos mais fascinantes da história da cultura brasileira, onde tudo era novo, o cinema, a bossa da música, o teatro nas praças, o pensamento, a esperança, as palavras.

O Pererê nasceu no meio dessa euforia”, escreveu Ziraldo há 50 anos.

Morto aos 91 anos, no sábado 7, o provinciano de Caratinga que literalmente ganhou o mundo era tudo, menos saudosista. Aliás, era quase tudo: cartunista, quadrinhista, chargista político, ilustrador, designer, editor, jornalista, escritor, dramaturgo, roteirista, publicitário, locutor, jurado de televisão e – ufa! – ator.

Sim, ator: procure no YouTube *Esse Mundo É Meu* (1964), filme de Sérgio Ricardo, no qual nosso herói faz um improvável papel de padre. E ainda se gabava de cantar boleros com a competência de um Gregório Barrios.

Ziraldo criou a primeira série de quadrinhos do mundo a ter como protagonistas um menino negro com deficiência – o Saci – e um membro dos povos originários – Tinininim, num tempo em que tais coisas não eram valorizadas. Era a *Turma do Pererê*, que mesmo publicada

Foi ele o primeiro a colocar nas HQs um menino negro com deficiência, além de um indígena

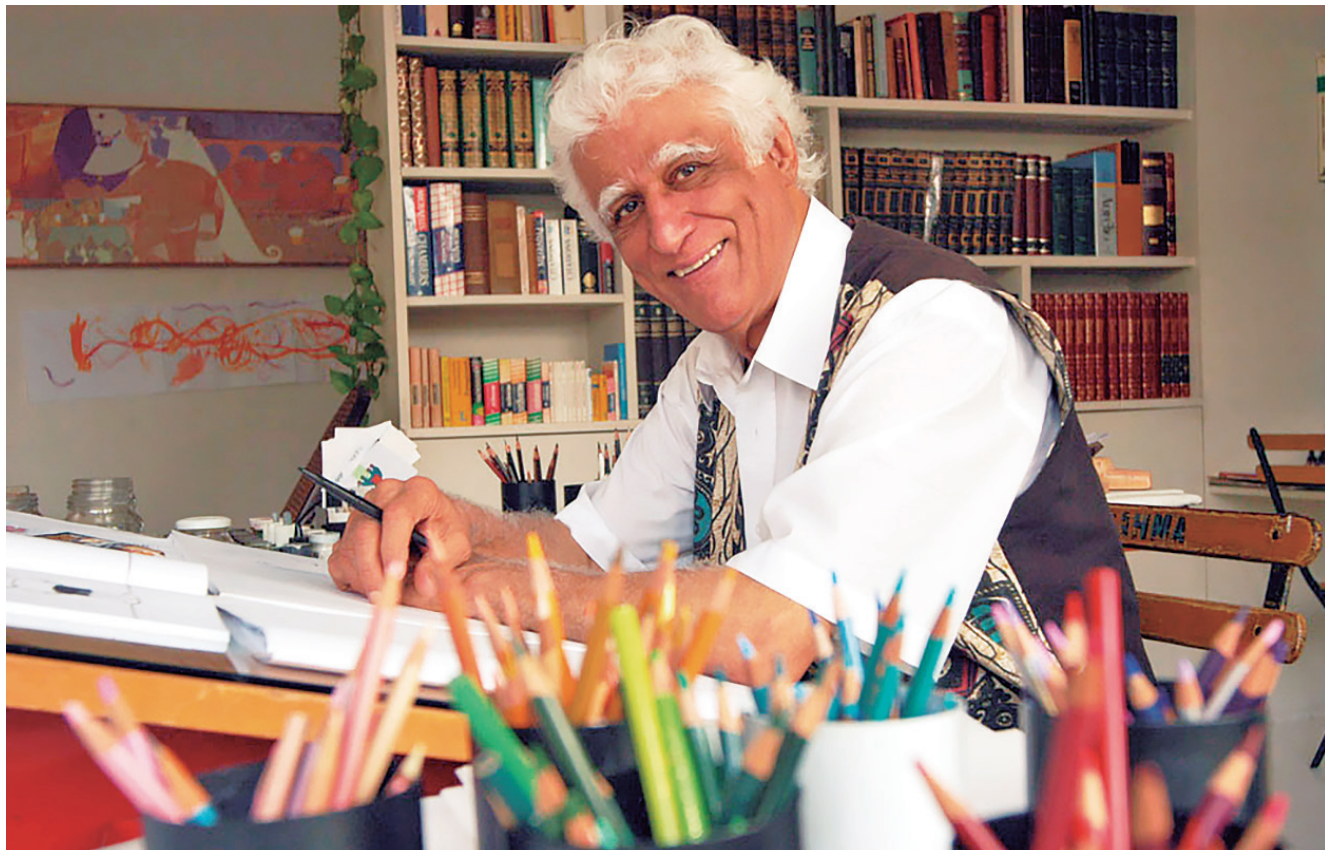
esparsamente nos últimos 65 anos, não tem comparação à altura. No mundo.

Os personagens centrais e suas namoradas – Boneca de Pixe e Tuiuiu –, conviviam com a onça (Galileu), o macaco (Allan), o jabuti (Moacir), o tatu (Pedro Vieira) e um coelho estranhamente vermelho (Geraldinho) – tudo supervisionado por Mamãe Docelina. Os nomes todos vinham de amigos de infância. Entre 1959 e 1964, o gibi vendeu como água. Saiu de circulação no mesmo mês do golpe.

O Pererê é uma espécie de fase “cinema novo” de Ziraldo. Ali ele inventou seu modo de narrar quadrinhos, com sequências cinematográficas, cortes abruptos, diálogos em ricochete, ao mesmo tempo que moldava uma síntese visual que amadureceria plenamente duas décadas depois. Foi um desenho que bebeu nas fontes do humor gráfico europeu do pós-Guerra – calçado em Sempê, André François e Saul Steinberg – e se consolidou com influências de Portinari, Di Cavalcanti e Aldemir Martins.

Para além da estética, o Pererê expressava o ocaso do Brasil rural e a emergência de uma sociedade que aspirava a modernidade urbana. O País realizava, naquele momento, a transição demográfica e, nas páginas do gibi, os problemas sociais eram mostrados sem cacoetes acadêmicos, por meio de infindáveis peripécias num incerto ponto do “Brasil central”, defendendo seu modo de ser, sua floresta e recebendo novidades como a televisão, a luz elétrica e modismos litorâneos.

Ziraldo foi também o mais popular autor de livros infantis brasileiros das últimas quatro décadas. Sua estreia se deu com *Flicts* (1969), ousadia gráfica não figurativa, produzida em três dias e que mudou a percepção do que seria a literatura para crianças – até então marcada por personagens fofinhos e cheios de lições de moral. *Flicts* é pura ideia e



conceito que puxa pela sensibilidade de quem o lê. Segue a ser reeditada, mais de meio século depois.

O seu *O Menino Maluquinho* (1979) já passa de 4 milhões de exemplares vendidos, sendo convertido para teatro e cinema, além de gerar uma série de outros produtos. No lugar da turma do interior de 20 anos antes, temos o garoto urbano a conviver com o divórcio dos pais e dilemas da passagem do tempo. São dois Brasis e dois *alter egos* de um autor que sempre buscou públicos amplos. Ziraldo era uma espécie de antibolha. Talvez seja esse o motivo por nunca ter se dado bem na internet.

Durante a ditadura, Ziraldo colocou-se claramente como um homem de esquerda. Nunca chegou a ter uma militância partidária, mas aproximou-se do PCB, nos anos 1970-80, tendo atuação marcante na luta pela democracia, em especial nas campanhas da Anistia (1979) e das Diretas (1984).

Um dos mais bem pagos artistas gráficos do País, desenhou incontáveis cartazes, ilustrações e logotipos para entidades populares, sem cobrar um tostão. Foi um dos pilares do *Pasquim* (1969-1991), em sua fase áurea, quando vendia mais de 100 mil exemplares por semana, escala astronômica para um jornal quase de fundo de quintal, que o levou à cadeia por três vezes no auge dos anos mais duros do regime.

O pai do Pererê foi candidato a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, em 2008. Não chegou lá. O escritor e membro da ABL Zuenir Ventura declarou no início da semana: “Ziraldo será o único brasileiro de sua geração a continuar sendo lido no ano 3000”. Pois é. O filho mais ilustre de Caratinga (MG) jamais precisou de fardão para se tornar imortal. •

**Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC.*

Crítica social com graça e cor. O gibi do Pererê, uma das grandes criações do artista, fez enorme sucesso e foi tirado de circulação pela ditadura, em 1964



Um hino à arte de cozinhar

TheObserver *O Sabor da Vida*, de Tran Anh Hung, vencedor do prêmio de direção em Cannes, é um filme sobre o deleite

POR JONATHAN ROMMEY

O cardápio atual de histórias sobre culinária no cinema e na tevê é repleto de conflitos e crises – com cozinhas transformadas em campos de batalha, pratos preparados em frigideiras em brasa e temperamentos furiosos. Mas o filme francês *O Sabor da Vida*, em cartaz nos cinemas brasileiros a partir da quinta-feira 11, passa longe da série *O Urso* (Star+) ou do filme *O Chef* (2022).

A obra do diretor vietnamita Tran Anh Hung tem uma temperatura mais próxima da fervura baixa e é também o hino mais arrebatador à culinária desde *A Festa de Babette* (1987) e *Comer, Beber, Viver* (1994).

Ambientado na década de 1880, o filme, que rendeu a Tran o prêmio de melhor diretor em Cannes, em 2023, é sobre a relação entre a cozinheira Eugénie (Juliette Binoche) e seu patrão e amante *gourmet*, Dodin Bouffant (Benoît Magimel). Mas, em última análise, o filme é sobre criatividade. “Queria fazer um filme sobre arte e escolhi a comida por ser uma arte muito concreta. Para mim, o cinema tem de ser muito sensual e físico.”

Falando em inglês, pelo Zoom, da cidade de Ho Chi Minh – a antiga Saigon –, no Vietnã, com a câmera desligada para driblar a má conexão, Tran descreve os prazeres de um filme cujos

personagens se deleitam não só em comer, mas em manusear, quase como se esculpissem, peixes, aves e aipo.

Em longas sequências coreografadas com elegância, vemos Juliette e Magimel preparando, de forma meticulosa, pratos complexos. “Foi muito fácil para nós”, diz Tran, sem soar plausível, “porque eu, simplesmente, dava a eles um frango ou uma alface e... vamos lá! E isso imediatamente produzia neles o prazer de estar transformando algo.”

Se *O Sabor da Vida* parece essencialmente francês é porque Tran quis fazer um filme sobre o significado da comida no país para onde migrou aos 12 anos. “Na França, a refeição é o momento no qual as pessoas se reúnem, e falam não só sobre comida, mas sobre cultura. No Vietnã, não conversamos muito à mesa, mas, na França, você vê pais perguntando aos filhos, durante as refeições: ‘O que você leu recentemente?’”

Estética sensorial. Com *O Sabor da Vida*, protagonizado por Juliette Binoche e Benoît Magimel, o cineasta vietnamita quis mergulhar em um aspecto essencial da cultura da França, país para o qual migrou quanto tinha 12 anos





Tran também explora a história da sistematização e das formalidades da cultura alimentar francesa – como pôr a mesa, quantos copos, quantos garfos. Dodin, seu personagem, estabelece protocolos culinários e é conhecido como “o Napoleão das artes culinárias” – o título francês do filme é, inclusive, *A Paixão de Dodin Bouffant*.

Ele é, nesse sentido, uma versão de Auguste Escoffier, que formalizou a cozinha francesa moderna no livro *Le Guide Culinaire* (1903). “Antes disso, era uma bagunça. Hoje você sabe que precisa de 20 gramas disso e 1.000 gramas daquilo para fazer tal prato”, conta o diretor. “Naquela época, uma receita parecia um poema, era preciso saber interpretá-la.”

Outra fonte à qual Tran recorreu foi o

clássico gastrofilosófico *A Fisiologia do Gosto* (1825), de Brillat-Savarin. E, no set, contou com a consultoria do chef Pierre Gagnaire, que tem três estrelas Michelin. O próprio Tran, no entanto, só se aventurou a pilotar um fogão depois de fazer o filme – e apenas com comida francesa, que considera menos complicada. “Para mon-

“Sinto que hoje os filmes estão muito focados nos temas e na história. Vemos cada vez menos a linguagem do cinema”

tar uma refeição vietnamita, você tem de fazer muitos pratos diferentes”, diz.

Mas a mistura que verdadeiramente se distingue em *O Sabor da Vida* é aquela entre Juliette e Magimel: ex-casal na vida real, eles não atuavam juntos desde 1999. O resultado é uma ternura e um respeito palpáveis na tela entre duas pessoas maduras que se conhecem há anos.

Tran diz que a atriz, inicialmente, estava cética em relação a Magimel aceitar o papel e, depois, sobre o quanto a dupla daria certo. Mas o resultado foi perfeito, diz ele. “Benoît tem uma certa fragilidade. Você sabe que ele tem dúvidas diante dessa mulher muito forte – Eugénie, Juliette.” A cena favorita de Tran entre os dois personagens é aquela na qual am-



bos, simplesmente, dividem uma omelete. “De alguma forma, ela está dizendo que o ama, mas de um jeito que ele não consegue entender completamente”, descreve o diretor. “O momento não fica muito claro – eu realmente gosto disso.”

Este filme pode parecer um ponto de virada na carreira de um diretor que fez o nome com dramas vietnamitas. Mas ele, na verdade, remete muito à sua comentada estreia, em 1993, com *O Cheiro do Papaia Verde*. Nesse longa-metragem ambientado em Saigon nos anos 1950 e 1960, uma jovem empregada doméstica fica extasiada pelas texturas do mundo ao seu redor – aí incluídos os alimentos.

O filme, à época, causou certa controvérsia por sua aparente glorificação da vida de uma mulher em servidão. É, porém, incontestável que sua poesia pura subverte, em alguma medida, esse significado superficial.

O Sabor da Vida também foi lido, por alguns críticos, como um filme que mostra uma mulher preparando refeições para o prazer de seu amante e de seus amigos epicuristas. Por outro lado, também vemos Dodin cozinhando com devoção para Eugénie e admirando-a co-

Texturas. *O Cheiro do Papaia Verde* (1993), que fez a fama do cineasta no circuito de arte, se passava em Saigon

mo artista. “É Eugénie quem determina a natureza dessa relação”, diz o cineasta.

Tran cresceu no Laos, filho de pais que faziam uniformes para o exército francês. A família mudou-se para a França quando ficou claro que o Vietnã e o Laos seriam tomados pelos comunistas, em 1975. Em Paris, ele estudou cinema antes de realizar *O Cheiro do Papaia Verde*, recriando a antiga Saigon num estúdio francês.

Esse filme e *As Luzes de Um Verão* (2000), sobre três irmãs na Hanói moderna, estabeleceram sua reputação como um meticuloso poeta do cinema. Mas, entre esses dois trabalhos, ele fez filmes de

No novo e elogiado filme, Tran parece ter-se reinventado como um diretor hiperfrancês

outra natureza, como *Entre a Inocência e o Crime* (1995), um drama intenso e violento sobre a vida nas ruas da Cidade de Ho Chi Minh, baseado no que Tran viu ao retornar ao Vietnã no início dos anos 1990.

A estrela dos quatro primeiros filmes de Tran foi sua mulher, Tran Nu Yen Khe, uma das presenças mais cativantes do cinema de arte dos anos 1990. Desde então, ela trabalha com ele atrás das câmeras e é diretora de arte de *O Sabor da Vida*. No dia da entrevista, o casal, que tem um filho e uma filha na casa dos 20 anos, está em Ho Chi Minh para uma exposição de pinturas e esculturas de Yen Khe.

“Toda a beleza que você vê nos meus filmes vem dela”, diz Tran. Tran conheceu-a em Paris, quando estava fazendo o *casting* para um curta-metragem. Ao vê-la, sentiu como se, de repente, descobrisse o Vietnã: “Foi como se um ancestral tocasse meu ombro e dissesse: ‘Sabe, ela é a pessoa certa’”. *O Sabor da Vida* é um retrato velado do relacionamento do casal? “Sim, é óbvio”, diz Tran – e embora eu não o veja sorrindo, suspeito que esteja.

Com *O Sabor da Vida*, Tran parece ter-se reinventado como um diretor hiperfrancês. Juliette Binoche me diz: “Isso não significa que ele perdeu seu lado vietnamita, mas o refinamento francês faz parte de quem ele é, de sua sensibilidade”. Os projetos que Tran toca neste momento são, novamente, asiáticos – um drama vietnamita feminino e uma história sobre Buda – e parecem seguir sua estética meticulosa.

“Sinto que hoje os filmes estão muito focados nos temas e na história. Vemos cada vez menos a linguagem do cinema.” Ele, por sua vez, acredita na miniatura: “Algo muito pequeno e, ao mesmo tempo, com um significado muito profundo sobre a sensação da vida”. A sensação, você poderia dizer, e o sabor. •

Tradução: Luiz Roberto M. Gonçalves.

Microcosmo das nossas hipocrisias

LIVRO. APÓS DEZ ANOS SEM SER TRADUZIDA NO BRASIL, MARIE NDIAYE RESSURGE COM UMA NARRATIVA NA QUAL O LEITOR É LEVADO A DESCONFIAR DAS INTENÇÕES DOS PERSONAGENS

Assim que Gilles Principaux entra no escritório da dra. Susane, ela se convence de que se trata da mesma pessoa por quem, 32 anos atrás, se deixara encantar. Mais que isso: ela aposta que aquele homem resolveu contratar seus serviços de advocacia porque, sim, a conhecera quando eram ele um adolescente e ela uma criança.

No momento em que se inicia a narrativa de *A Vingança É Minha*, Principaux, um homem muito rico, acaba de ser atingido pela tragédia: sua mulher, Marlyne, matou os três filhos do casal, e ele quer que dra. Susane a defenda.

Susane é o sobrenome de uma advogada de quem pouco se sabe para além da superfície. Ela tem 42 anos, dirige um Twingo velho e amassado e, desde a infância, acha que sua única fonte de beleza estava nos cabelos que, aos 10 anos, para desolação do pai, cortou curtíssimos.

A partir do (re)ssurgimento de Principaux, Marie NDiaye desenvolve uma intriga que, na França, foi chamada por algumas críticas de antifeminista. Não se pode dizer, no entanto, que o livro, embora com algo de *thriller*, não ecoe outras obras de Marie, autora que, ao ganhar o Goncourt, em 2009, foi aclamada como uma feminista negra.

Três Mulheres Fortes, o vencedor do prêmio, apresenta uma advogada que se vê às voltas com a defesa de um assassi-



A autora francesa, vencedora do Prêmio Goncourt, fez sua estreia literária aos 17 anos

no e tem um personagem com o mesmo nome do ex-companheiro de dra. Susane, Rudy. Já *Coração Apertado*, seu primeiro livro traduzido no Brasil, lida, assim como *A Vingança É Minha*, com os terrores escondidos no cotidiano trivial.



A VINGANÇA É MINHA

Marie NDiaye. Tradução: Marília Scalzo.
Todavia (200 págs., 74,90 reais)

Fazia, inclusive, uma década que Marie NDiaye, que estreou na literatura aos 17 anos, em 1985, não tinha um livro lançado no Brasil – os dois primeiros saíram pela extinta Cosac Naify. Só por isso, a edição de *A Vingança É Minha* pela Todavia já seria bem-vinda.

Mas a obra, além de nos reconectar à prosa fluida da premiada escritora, funciona como uma peça a ser encaixada no mosaico de obras que, na literatura ou no cinema, têm refletido sobre a perturbação contemporânea a partir de crimes supostamente praticados por mulheres.

Dra. Susane, que emprega uma imigrante para limpar sua casa porque quer, a seu modo, “fazer o bem”, e mantém uma relação disfuncional com os pais, o Sr. e a Sra. Susane, é tanto uma vítima da violência de gênero e de um sistema de classes quanto uma anti-heroína movida por obstinações duvidosas.

Por meio dessa personagem e de um conjunto confuso de vozes narrativas das quais somos levados a desconfiar, Marie NDiaye, sem deixar de escancarar as opressões, busca, de forma delicadamente perturbadora, retratar as hipocrisias abrigadas sob as boas intenções. •

– por Ana Paula Sousa

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos



Racismo secular

► O 7 de abril é um marco na história do futebol: nesse dia, cem anos atrás, o Vasco reagiu à exigência de que 12 atletas negros fossem excluídos do time

Embara tendo menos divulgação do que merecia no Rio de Janeiro, o dia 7 de abril é uma data de fundamental importância para o futebol.

Nesse dia, cem anos atrás, o Vasco deu aquela que ficaria conhecida como a “resposta histórica” contra o racismo e o preconceito social no futebol – tema hoje tão em voga.

Para quem não tem conhecimento da “Carta Histórica”, reconto aqui o episódio.

Em 1923, depois de ter sido campeão, o Vasco despertou a ira dos rivais e não demorou para os dirigentes de outros clubes passarem a investigar o Vasco.

Cabe observar que, naquele momento, o futebol fazia a transição entre o lugar de um esporte de elite para aquele de uma atividade que, aos poucos, ia passando também à profissionalização.

Vivia-se, então, o “amadorismo marrom”. O que isso significava?

Que os jogadores eram remunerados, mas sem reconhecimento oficial e muito menos direitos trabalhistas. Os salários para os atletas não estavam previstos na sociedade.

Pois bem. No ano seguinte àquele em que foi campeão, o Vasco foi comunicado de que deveria excluir da sua relação de jogadores os analfabetos e o trabalhadores em funções consideradas “menores”.

Acontece que, de acordo com as regras da Liga Metropolitana, o apelo não tinha sentido. Inconformados com o fracasso de sua tentativa de boicote ao Vasco, os adversários criaram outra entidade, a Associação Metropolitana de Esportes Athléticos (Amea).

Ea Amea, sob a alegação de que o time era formado por atletas de profissão duvidosa, solicitou que o Vasco excluísse 12 de seus jogadores do torneio – todos eles negros.

Foi nesse momento que José Augusto Prestes escreveu a carta que entrou para a história, recusando-se a adotar a medida proposta. Essa história do Vasco, um clube pioneiro não só no futebol, merece ser do conhecimento de todos – aí incluídos aqueles que não se interessam por futebol – pela abrangência social que representa.

Hoje em dia, por aqui, está fervendo a denúncia do “dono” do Botafogo, John Textor, sobre os supostos subornos nos campeonatos dentro do Brasil.

Vamos ver até onde isso vai chegar.

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) teve vários altos mandatários substituídos, assim como a própria Federação Internacional do Futebol (Fifa).

No meio disso tudo ainda tivemos de ouvir, semanas atrás, Thairo Arruda, CEO do Botafogo, dizer:

– O John (Textor) gosta muito da escola europeia de treinadores, até para trazer essa mentalidade do futebol bonito europeu, toque de bola, e sair um pouco desse modo brasileiro de jogar, chutões. Ele gosta muito de posse de bola, jogo agressivo. Nacionalidade não é o mais importante. Há treinadores bons em qualquer lugar. É mais o estilo de jogo, e a gente está buscando um treinador com esse perfil.

Esta declaração ajuda a entender o comportamento da equipe do Botafogo.

Pedrinho, tornado presidente do Vasco em janeiro, declarou recentemente não concordar com o contrato entre a SAF 777 e o clube – que, na negociação, manteve-se como detentor de 30% das ações.

Botando a bola no chão, ficou definida a grande maioria dos campeões estaduais, com quase nenhuma surpresa: Palmeiras, Flamengo, Atlético Mineiro, Ceará e Vitória foram alguns dos campeões.

No Sul do País, fui surpreendido e corrijo o engano com o hepta gaúcho pelo Grêmio.

Eu disse, na semana passada, que só o Inter do meu primeiro mestre Adãozinho havia sido hexa. E outro gaúcho, parceiro da pelada, me disse depois que o Colorado já foi “octa”.

Uma das notícias que me alegraram esta semana foi a do acesso do Esporte Clube Noroeste, de Bauru, à divisão principal do futebol de São Paulo, ao lado do Velo Clube de Rio Claro.

Ambos vão disputar o primeiro lugar e o título, mas estão garantidos na “primeirona” paulista.

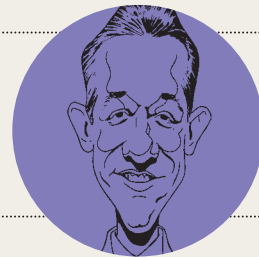
O Norusca, como é apelidado o Noroeste, é muito presente em minha memória pelas tardes inesquecíveis daqueles times de camisa vermelha – o uniforme do Velo Clube também é vermelho – nos domingos de sol passados em Marília, Jaú e Bauru, onde eu ia ver os grandes jogadores daquele tempo, a começar por Pelé.

A semana nos presenteou ainda com jogos preciosos da reta final da Champions League: os empates entre Real Madrid e Manchester City, por 3 a 3, e entre Arsenal e Bayern, por 2 a 2.

Ver partidas como essas é um grande prazer para os amantes do esporte. • redacao@cartacapital.com.br

ARTHUR CHIORO

Médico sanitaria e professor da Escola Paulista de Medicina (Unifesp). Foi ministro da Saúde. É presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (MEC)



Um exemplo necessário

► **Ao usar o Dia Mundial da Saúde para se vacinar defronte às câmeras, Lula se engaja na campanha pela retomada da confiança dos brasileiros nos imunizantes**

Desde 1950, é celebrado, em 7 de abril, o Dia Mundial da Saúde, em homenagem à criação da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1948. A efeméride procura chamar atenção para prioridades específicas da saúde global. Este ano, a OMS elegeu como tema central “Minha saúde, meu direito”.

No contexto atual, de globalização da economia e perda de poder dos Estados nacionais, políticas sociais indispensáveis para a proteção social e defesa da vida, como é o caso da saúde, são cada vez mais precarizadas ou, simplesmente, negadas aos que mais precisam.

Sem sistemas de proteção social, os efeitos perversos são sentidos em momentos de crise, mas também o são quando a economia cresce sem absorver a maioria da população. A predominância dessa lógica produz fome, violência, sofrimento, doenças e mortes evitáveis.

O tema escolhido para o Dia Mundial da Saúde de 2024 busca defender o direito de todas as pessoas, em todos os lugares, terem acesso a serviços de saúde, educação e informação, bem como a água potável, ar puro, alimentação saudável, moradia de qualidade, condições ambientais e de trabalho decentes e a estar livres de discriminação.

Vivemos ainda a emergência de con-

flitos, internos e entre países, como as guerras na Europa e no Oriente Médio, que devastam vidas e causam morte, dor, fome e sofrimento psicológico.

Segundo a OMS, a poluição do ar interior e exterior ceifa uma vida a cada cinco segundos. A crise climática, impulsionada pela queima de combustíveis fósseis e por um padrão de consumo predatório e irracional, retira nosso direito de respirar ar puro, beber água potável, consumir alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos. Só esse contexto explica a explosão de casos de dengue e outras arboviroses em diversos países.

Cerca de 140 países reconhecem a saúde como um direito humano em suas Constituições, mas em apenas quatro delas estão previstos os mecanismos necessários para financiá-la. O gasto em saúde cresce, mas à custa do dispêndio privado, ampliando o quadro de iniquidade.

No Brasil, um gesto simbólico marcou de forma singular o Dia Mundial da Saúde. Em entrevista coletiva sobre a saúde, realizada no Palácio do Planalto e transmitida ao vivo para todo o País, o presidente Lula teve uma atitude de alta relevância. Ao final da explanação da Ministra da Saúde, ele, à frente das câmeras, retirou paletó, gravata e camisa social, e tomou a vacina contra a gripe. Abraçado com “Zé Gotinha”, verdadeiro patrimônio cultural brasileiro, convocou a população a seguir o seu exemplo.

Por que esse simples gesto foi tão significativo? Ao longo de 50 anos, o Programa Nacional de Imunização (PNI) tornou-se uma referência internacional. O País garantiu o direito a todas as vacinas recomendadas pela OMS, de forma segura e gratuita, e manteve taxas de coberturas vacinais consideradas ideais, com

excelentes resultados na erradicação e controle de doenças imunopreveníveis.

A partir do golpe de 2016 e, em particular, do governo Bolsonaro, passamos a viver uma grave crise marcada pela hesitação vacinal. Além do papel irresponsável e criminoso daquele presidente e de seus ministros da Saúde, a situação foi agravada pela disseminação de discursos antivacina, desinformação e *fake news* que desconsideram consensos científicos e a eficácia dos imunizantes. Essa postura amplificou e aprofundou a tragédia da pandemia da Covid-19. Centenas de milhares de vidas poderiam ter sido poupadas, segundo diversos estudos.

A insegurança e o questionamento sobre a confiabilidade das vacinas têm gerado impactos mais duradouros e longevos do que a pandemia, impondo riscos à saúde coletiva. A diminuição intensa da cobertura de todas as demais vacinas, inclusive contra paralisia infantil e sarampo, pode levar até à reemergência de doenças erradicadas.

Pesquisa do SOU_Ciência (Unifesp) indica que, atualmente, três em cada dez entrevistados têm alguma restrição ou hesitação em aderir às campanhas de vacinação. E são as pessoas mais pobres, com menor nível de escolaridade, evangélicos e eleitores de Bolsonaro as que mais relutam, não tomam ou não aplicam em seus filhos as vacinas recomendadas pelo PNI.

Para enfrentar desinformação, *fake news* e movimentos antivacina, precisamos de campanhas públicas mais vigorosas de incentivo à vacinação para toda a população brasileira.

O gesto de Lula nesse sentido é mais que simbólico. É um ato de compromisso com a vida e de proteção da saúde dos brasileiros. •

redacao@cartacapital.com.br



Curso

60 Anos de Golpes

Autoritarismo brasileiro: do golpe de 1964 à intentona bolsonarista de 2023

CartaCapital e um time de professores consagrados o levam por uma jornada pelo autoritarismo brasileiro.

Mergulhe no coração da história política do Brasil e entenda a crise que continua a testar os limites da nossa democracia.

Reserve sua vaga na **aula gratuita** de lançamento do curso.

60 Anos de Golpes começa em maio e tem vagas limitadas. Não fique de fora e garanta a sua!



Inscreva-se agora!

Saiba mais em:

<https://cursos.cartacapital.com.br/60-anos-de-golpes>



CONTRA A GRIPE, EU DIGO SIM PRA VACINA.

O MOVIMENTO NACIONAL PELA VACINAÇÃO NÃO PARA.



CRIANÇAS

Saiba se você faz
parte dos grupos
prioritários:



IDOSOS

- Crianças de 6 meses até menores de 6 anos
- Gestantes e puérperas
- Povos indígenas
- Quilombolas
- População em situação de rua
- Trabalhadores da saúde



GESTANTES

- Idosos de 60 anos ou mais
- Professores
- Pessoas com doenças crônicas não transmissíveis e outras condições clínicas especiais
- Caminhoneiros
- Trabalhadores portuários
- Força de segurança, salvamento e Forças Armadas
- Trabalhadores de transporte coletivo rodoviário
- Pessoas com deficiência permanente



Vá até uma Unidade Básica de Saúde com a Caderneta de Vacinação ou documento com foto.